



MULHERES DOS BRASIS

ISSN: 1983-2354

Ano XIV Ed. 40 Nov/21-Jan/22 •



Caderno
Intelectualidades Negras
Brasileiras
Edição Mulheres dos Brasis

ISSN: 1983-2354

Quissamã

FICHA TÉCNICA

Chefe Editorial

Nágila Oliveira dos Santos

Organizadores

Edwilson da Silva Andrade

Gabriel Delphino

Ivan Gomes

Iago Vilaça de Carvalho

José Sena

Vania Cristina da Silva Rodrigues

Comitê Científico

Cícera Nunes

Edwilson da Silva Andrade

Gabriel Delphino

Ivan Gomes

Iago Vilaça de Carvalho

José Sena

Nágila Oliveira dos Santos

Rosemberg Ferracini

Vania Cristina da Silva Rodrigues

Revisão

Gabriel Delphino, Iago Vilaça, Ivan Gomes e José Sena

Diagramação

José Sena

Arte da Capa

Edwilson da Silva Andrade

Indexadores:



SUMÁRIO

A teimosia da Escrita-Vida

Fátima Lima • 7 – 12

Fátima Barros

Luta e resistência quilombola no cerrado

Solange Aparecida do Nascimento • 13 – 21

Laudelina Campos de Melo

O legado de uma mulher negra

Letícia Rocha • 22 – 30

Lélia Gonzalez

Uma intelectual amefricana

Luana Fontel • 31 – 38

Vó Pituca

Liderança afroindígena de Itamoari

Maria Madalena dos Santos Carmo • 39 – 45

Nilma Lino Gomes

em movimento: educar e politizar

Aline Neves Rodrigues Alves e Silvia Regina de Jesus Costa Galvão • 46 – 55

Mestra Griô Sirley Amaro

A guardiã dos conhecimentos ancestrais africanos no Extremo Sul do Brasil

Carine Ortiz Fortes • 56 – 66

Carolina Maria de Jesus

Quarto de despejo: diário de uma favelada na construção da pretagogia no espaço escolar

Maria Emilia Landaeta Silva • 67 – 74

Bárbara Carine Soares Pinheiro

uma intelectual diferentona

Stella Almeida e Brenda Iolanda Silva do Nascimento • 75 – 81

A prática por Matilde Ribeiro

Do projeto político à gestão de políticas públicas, em gênero e raça

Thânisia Marcella Alves Cruz e Renísia C. Garcia Filice • 82 – 91

Cândida Soares da Costa

Superação, ativismo e contribuições para a educação escolar em comunidades remanescentes de quilombo

Silvana Alves dos Santos e Jozanes Assunção Nunes • 92 – 99

Andorinha Cantante

Helena Monteiro • 100 – 109

Homenagem da organização da edição *Mulheres dos Brasis* à

Nágila Oliveira dos Santos

a potente e inspiradora trajetória da criadora da Revista *África e Africanidades*

Edwilson da Silva Andrade

Gabriel Delphino

Ivan Gomes

Iago Vilaça de Carvalho

José Sena

Vania Cristina da Silva Rodrigues • 110 – 116

A TEIMOSIA DA ESCRITA-VIDA

Fátima Lima



“Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos quanto no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos e biblioteca do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos em papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados, ou no caso de experiência própria, tal como ele mesmo narra.”
A. HampatéBâ em A tradição viva.

*“O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia”
“Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso.”
“(...) uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.”*

Gloria Anzaldúa em
“Falando em Línguas - carta aberta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”.

Teimosia é palavra feminina, assim como vida e escrita. É sobre a força de uma escrita feminina, negra, nordestina e lésbica que este texto foi gestado e parido para saudar o 2º Volume do Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras - *Mulheres dos*

Brasis. Teimosia vem de teimar, persistir, não se curvar diante da cisheteronormatividade ancorada, sobretudo, no racismo e no sexismo. É sobre isso que quero partilhar neste texto de abertura - a persistência da vida, dos pensamentos e ações de mulheres que habitam os *brasis* mais profundos. Este movimento faz ver e dizer a força das intelectualidades negras e indígenas atuantes na vida e na academia.

Ressalto, que mesmo singulares, a vida não se aparta da academia ou vice-versa. Pelo contrário, tenho dito que só há produção e circulação epistemometodológica porque, antes, as vidas e suas pulsações permitem a construção de conhecimentos que são aterrados às experiências vividas. Assim, é indissociável a relação entre vida e teoria. A teoria está na vida e se constitui como o constante exercício de fazer perguntas e construir respostas. Apartar vida e academia, estabelecendo uma escrita militante versus escrita acadêmica, é mais uma forma de como os binarismos do texto moderno nos capturam, categorizam e hierarquizam. Desmantelar esse mundo ordenado e findo tem sido a tarefa de muitas mulheres e homens, bichas, trans, travestis, sapatão pretas/os/es que sabem o quanto profunda e brutal é a violência racial genderizada e interseccionalizada nesse mundo.

Temos como hegemonia nesses *brasis* formas de cognição e formação extremamente eurocêntricas assentadas na brancura que acaba silenciando e não permitindo as expressões de inúmeras vozes, performances, pensamentos e ações que estão fora e/ou em tensão com o que a brancura legitima e valida como norma. Nesse movimento, falamos de regimes de enunciação e escuta que são balizados pela autoridade racial que resultam em relações desiguais de poder demarcadas pela “etnia” e “raça”, ficando sempre o questionamento sobre qual conhecimento é reconhecido e validado?

Portanto, o ato de escrever por mulheres negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas entre outras, atravessadas pelos eixos de opressão interseccionalizados, é uma forma de reparação e restituição. Reparar e restituir é muito maior que

políticas de ações afirmativas no campo das relações educacionais e de trabalho. Reparar e restituir incidem diretamente nas relações de poder, no epistemicídio, no etnocídio e no genocídio das populações indígenas, negras e suas/seus descendentes. A reparação e restituição também é epistêmica. Quando mulheres intelectuais tomam outras mulheres intelectuais não conhecidas do grande público como o tema de sua escrita, há um movimento de trazer uma história escondida que as relações hegemônicas tratam de tentar apagar. Aqui, o ato de escrita se configura num ato de 'tornar-se', na medida em que rejeita um lugar de outridade construída a partir do olhar da brancura. Disputa-se, assim, um sentido de sujeito político e de academia marcados pelas vidas e experiências.

Nesse movimento, a memória assume um lugar fundamental. Não uma memória linear que insiste em conectar passado-presente-futuro, mas uma memória a encruzilhar e espiralar onde o corpo é o seu lugar expresso através de gestos e performances, que não são miméticos ou representativos, mas instauradores de encontros entre a oralidade e a escritura - oralitura como tão bem definida pela grande intelectual negra Leda Martins (1997). Para Leda Martins (2003), as produções negras são epistemo-metodologicamente o lugar das encruzilhadas em contexto afrodiaspórico marcado por diferentes sistemas simbólicos (africanos, europeus, indígenas e orientais). Assim, a força da encruzilhada se faz presente enquanto "lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, textos e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação" (MARTINS, 2002, p. 73), ancorando-se no âmbito de uma gramática afrodiaspórica em constante movimento, circulando em diferentes lugares, rompendo fronteiras, transculturalizando-se e construindo sentidos de um 'em comum' e sentimentos de co-pertença de comunidade marcada pela memória do sofrimento, mas também por uma memória que tem a força de reverter a flecha do tempo ancorada na violência étnico-racial e persistir ao tempo dos assassinos.

Essa edição especial traz a força da encruzilhada e nos brinda com viagens fantásticas pelo universo plural de doze mulheres negras e indígenas, textos escritos, em sua grande maioria, por mulheres. Todas elas/eles têm nome e sobrenome, como nos dizia Lélia Gonzalez “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles”.

Fátima Barros e sua luta e resistência quilombola no cerrado aparece pela escrita veemente de Solange Aparecida do Nascimento e foi impossível não se emocionar quando “em seis de abril de 2021, Fátima foi mais um corpo tombado na luta contra o Coronavírus, assim como outras pessoas de sua comunidade e outras tantas lideranças no país”. Fátima Barros, presente!

Leticia Rocha nos brindou com um lindo resgate e homenagem à Laudelina Campos de Melo, pioneira na luta das trabalhadoras domésticas bem como contra o racismo e sexismo atravessando o século XX de maneira marcante e que foi infelizmente apagada. Trazer sua história e o reconhecimento de sua luta é uma reparação histórica fundamental para luta coletiva de todas/os que desejam um mundo menos assimétrico e possível de ser vivido.

Lélia Gonzalez, essa amefricana aparece na escrita sensível e provocativa de Luana Fontel quando nos convida a conversar com Lélia em sala de aula e na rua e vai nos brindando com elementos significativos da vida, ativismo e produção intelectual desta que é uma das maiores intelectuais negras brasileiras.

Madalena Carmo traz sua bisavó Pituca, bisavó indígena da etnia Tenetehar-Tembé que foi criada junto ao quilombo de Itamoari, localizado no município de Cachoeira do Piriá, Pará. Madalena traz um texto rico e emocionante que nos possibilita pensar as relações afroindígenas. Nilma Lino Gomes, também com uma rica trajetória acadêmica e política, é a próxima intelectual que aparece pelos olhares de Aline Neves Rodrigues Alves e Sílvia Regina de Jesus Costa Galvão que trazem a força de Nilma Lino na produção do pensamento intelectual acerca das Relações

Raciais no Brasil bem como sua atuação frente ao movimento social negro, trazendo a dimensão educadora deste.

O extremo sul dos Brasis aparece através da memória da Mestra Griot Sirley Amaro, pelas contribuições na preservação e disseminação dos saberes tradicionais negro-africanas em contextos afrodiaspóricos. Quem nos presenteia trazendo esta griot é Carine Ortiz Fortes. Carolina Maria de Jesus, que não poderia faltar entre as nossas intelectuais, comparece através do olhar de Maria Emilia Landaeta Silva que recupera “Quarto de Despejo - diários de uma favelada” a partir de uma ferramenta afrocentrada como a pretagogia forjada por Geranilde Costa e Silva na sua tese “Pretagogia: construindo um referencial teórico-metodológico, de base africana, para a formação de professores/as”. Bárbara Carine Soares Pinheiro nos é apresentada por Stella Almeida e Brenda Iolanda Silva do Nascimento. Essa intelectual ‘diferentona’ atua, através de uma práxis descolonizadora, no âmbito das Ciências e do Ensino, contribuindo, de forma pujante, para reflexões no âmbito das relações étnico-raciais nas Ciências, terras estas que ainda tem muito a ser desbravadas no campo das relações étnico-raciais.

Cândida Soares da Costa aparece pela escrita-vida de Jozanes Assunção Nunes e Silvana Alves dos Santos. Cândida, uma intelectual-ativista fundamental onde, enquanto docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), apostou fortemente na formação docente escolar quilombola. Cândida, com seu olhar forte, evidencia, como ressaltam as autoras, “uma história de vida, que se mistura com a história da luta antirracista, que ela, desde a tenra idade vem edificando, diariamente, no Estado para inserir-se socialmente”. A força e a atuação política e acadêmica de Matilde Ribeiro são oferendas de Thânisia Marcella Alves Cruz e Renísia C. Garcia Filice, evidenciando suas reflexões, produções e atuação política de combate ao racismo e sexismo.

Maria das Dores Timóteo (Dorinha Timóteo), nossa Andorinha Cantante, nos é narrada por Helena Monteiro que nos conduz num passeio incrível através da força

humanopoiética ressaltando que “é urgente uma nova póiesis, onde os corpos pretos e pretas sejam vistos sem estigmas e, que sejam dadas as mesmas oportunidades que foram e são dadas aos corpos brancos. Se faz necessário acessar “novos” velhos saberes dos povos escravizados e originários e que estes ganhem reconhecimento e o seu valor pedagógico e literário”.

Por fim, pela multiplicidade dos olhares de José Sena, Edwilson Andrade, Ivan Gomes, Vânia Rodrigues, Iago Vilaça e Gabriel Delphino, a contundência de Nágila Oliveira dos Santos pesquisadora, cientista social, psicanalista clínica, mestre em Educação, professora, escritora, organizadora de livros, coletâneas, artigos e criadora e diretora da Revista *África e Africanidades* constitui o encerramento deste segundo volume. Na verdade, não há um encerramento. Como toda encruza há caminhos que se fazem e nos convida a continuar nossa jornada por reparação, restituição e justiça. É nosso dever trazer essas mulheres, suas vidas, saberes, pensamentos e práticas como força na escrita viva de nossas/os autoras/es. Sigamos juntas/os/es.

Boa leitura!

Referências

MARTINS, L. *Afrografias da Memória* – O Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo, Perspectiva, 1997.

MARTINS, L. *Performances da oralitura*: corpo, lugar da memória. *Letras* (Santa Maria), Santa Maria, v. 25, p. 55-71, 2003.

Fátima Lima é feminista negra e contra-colonial. Professora Associada do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PIPGLA/UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais – PPRER/CEFET/RJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa no CNPq “Ori- Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero e Sexualidade”. Colaboradora da Organização não-Governamental Casa das Pretas.

DOI: [10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p7-12](https://doi.org/10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p7-12)

**FÁTIMA BARROS:
Luta e resistência quilombola no cerrado**

**FÁTIMA BARROS:
Quilombola struggle and resistance in the cerrado**

Solange Aparecida do Nascimento¹

Resumo: O artigo apresenta um breve resumo da trajetória de Maria de Fátima Batista Barros, líder quilombola, militante da Articulação Nacional de Quilombos, Fátima é a personificação da luta das comunidades quilombolas pelo direito ao território, aos modos de ser e fazer e à própria existência. A potência de sua voz ainda ecoa no espaço-tempo da luta ancestral do povo negro na diáspora. Seu enfrentamento ao agronegócio, às grandes corporações e aos modelos destrutivos de uso da terra se transmutaram em ações, projetos e perseverança na defesa dos territórios quilombolas, tanto em sua trajetória acadêmica, quanto em sua vida pessoal e militância. Nesse sentido esse trabalho se propõe a compartilhar a trajetória de uma mulher negra, intelectual e liderança inarredável na defesa dos direitos dos povos quilombolas e de justiça social.

Palavras-chave- Maria de Fátima. Quilombola. Resistência.

Abstract: This article presents a brief overview about the trajectory of Maria de Fátima Batista Barros, militant quilombola leader of the Quilombos National Articulation, Fatima is the embodiment of the struggle of quilombola communities for the rights to their territory, the ways of being and doing and the very existence. The power of her voice still echoes in space-time in the ancestral struggle of the black people in the diaspora. Her confrontation with agribusiness, large corporations and destructive models of land use was transmuted into actions, projects and perseverance in the defense of quilombola territories, both in her academic trajectory, as in her personal life and militancy. In this sense, this work aims to share the trajectory of a black woman, intellectual and undisputed leadership in the defense of the rights of quilombola people and social justice.

Keywords: Maria de Fátima. Quilombola. Resistance.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p13-21

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins. Email: solangenascimento@mail.uft.edu.br



Fátima Barros²

“Somos a luta daqueles que atravessaram o mar nos navios, daqueles que retornaram em nós e que depois de nós voltarão em outros guerreiros. Nós somos povo Banto! Nós não morremos! Nós sempre voltaremos! Nós somos guerreiros de Zumbi e Dandara, nós somos a força do Quilombo!”

Fátima Barros

Peço licença aos nossos ancestrais, aos mais velhos e aos mais novos para apresentar Maria de Fátima, pedagoga, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins (UFT), representante da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, articuladora dos Povos na Região do Bico do Papagaio e Cerrado, co-fundadora da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), membra da Comissão Povos do Cerrado do Conselho Regional de Psicologia do Tocantins (CRP 23), membra do grupo Carolinas Leitoras, de Marabá (PA), membra do Coletivo Dandaras do Mato, coordenadora da Biblioteca Quilombola Julião Henrique Barros, e coordenadora do Coletivo de Jovens lideranças da Ilha de São Vicente. Fátima era também integrante do Movimento Quilombola do Maranhão, atuava perseverantemente na luta pelos direitos das

² Fonte do acervo pessoal da autora.

populações quilombolas, pela titulação dos territórios e pelo fim do latifúndio e das cercas que matam e ameaçam povos e comunidades tradicionais diariamente (UNITINS, 2020).

Segundo narrativa de Helisana Barros, uma jovem liderança da Ilha de São Vicente, Fátima, filha de Cantidio Barros e Vicência Barros, era a nona filha de uma família de dez irmãos. Nascida na comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, localizada no Rio Araguaia, município de Araguatins em Tocantins, foi a primeira pessoa em sua família a ingressar no ensino superior, formando-se em Pedagogia em 2002 na Universidade Federal de Goiás.

Concluído o curso superior, Fátima retornou para Araguatins, e assumiu a função de coordenadora pedagógica no Centro de Ensino Médio Professora Antonina Milhomem (CEMPAM), onde também foi supervisora pedagógica. Em 2007, assumiu a coordenação regional de educação para a diversidade trabalhando com pautas acerca da diversidade em 12 municípios e 56 escolas da região, coordenando uma equipe de 32 técnicos pedagógicos, em diferentes níveis educacionais, incluindo educação do campo, educação indígena, Pró-jovem Campos Saberes da Terra, EJA, ENCCEJA, Brasil Alfabetizado, Educação Profissional, Educação Especial/Educação Inclusiva, programas de correção de fluxo e distorção idade-série, alimentação escolar, entre outros programas. Fátima também atuou como diretora da Escola Agrícola, na educação da alternância e no Departamento de Educação do Campo de Marabá-Pará, deixando um legado de comprometimento com a preservação das comunidades quilombolas e com a educação pública.

A trajetória de vida de Fátima se funde com a história de luta de seu povo nos mais de 150 anos de ocupação da ilha de São Vicente e dos conflitos vividos há anos em defesa dele. Segundo ela:

O território, acima de tudo, não pertence aos quilombolas, são os quilombolas que pertencem ao território. Nós somos parte singular daqueles espaços, somos guardiões dos seus biomas, somos grandes

responsáveis do pouco que resta a este país em preservação ambiental³.

De acordo com Fátima, a luta pelo território é extensão de sua vida, por isso, sempre estava presente nas discussões e mobilizações, compartilhando saberes e defendendo os direitos dos povos do Cerrado frente à devastação do agronegócio, interesses econômicos e a constante luta da população negra em defesa de seus direitos, contra a necropolítica e o racismo estrutural.

O papel de liderança de Fátima nos remonta narrativas em que, diferentemente da sociedade ocidental, é secular o protagonismo das mulheres em muitas sociedades africanas, a exemplo da cultura Yorubá, na qual as mulheres tinham importante papel na vida pública. De acordo com Silveira:

(...) Na organização dos reinos fons e nagô-iorubá, as mulheres desempenharam um papel ativo, eram elas quem administravam o palácio real, assumindo os postos de comando mais importantes, além de fiscalizarem o funcionamento do Estado (SILVEIRA, 2000, p. 88).

Nesse sentido, o autor aponta a forte presença das mulheres yorubanas nas mais diversas atividades, ou seja: “o papel da mulher yorubá vai além do desempenhado nas atividades econômicas. Ela é mediadora não só das trocas de bens econômicos, como também de bens simbólicos” (SILVEIRA, 2000, p. 88). Como podemos ver, a mulher ioruba ocupa um lugar social e de poder fundamental na vida africana.

Argumento, então, que Fátima e sua representação na luta quilombola reforça a narrativa de que mulheres negras semearam os modos de falar do Brasil, enegreceram a cultura brasileira com os valores civilizatórios afrodiáspóricos presentes em seu vasto conhecimento sobre a natureza, sobre a medicina, as artes, estratégias de luta, o uso das ervas, banhos, unguentos, chás, infusões, cantigas,

³ Disponível em: <https://cptnacional.org.br/quem-somos/14-noticias/acoes-dos-movimentos/4074-nota-publica-em-defesa-da-titularidade-das-terras-quilombolas>

evocações, rezas dimensões que constituíram a cultura desse país, as mulheres negras foram e são mediadoras de trocas materiais e simbólicas no contexto dos povos africanos e afrodescendentes no seio das comunidades tradicionais brasileiras na diáspora.

Fátima enfatizava que a ancestralidade de sua comunidade, remonta uma temporalidade anterior mesmo à diáspora, segundo ela: “Somos África”, considerando assim toda cosmologia dos povos negros presentes na relação com o universo, com o sagrado, com o rio, as plantas, em uma relação de vida, de morte e de ancestralidade.

A história da comunidade, seus mitos e memórias, a intrínseca relação com as águas do Rio Araguaia e com a floresta eram compartilhados por Fátima em diferentes contextos: rodas de conversa, projetos realizados pelas escolas e universidades da região que visitavam a comunidade e encontros culturais.

As narrativas de Fátima reforçam a ideia de que as comunidades quilombolas mantêm elementos seculares da cultura africana, o que podemos perceber na relação com a terra, as matas e florestas, na ritualização presente no cotidiano, no plantio, no uso de ervas para diferentes fins, na tradição oral:

Desde sempre minha família tem como base a agroecologia, um processo de produção que a gente traz de África dos remanescentes do meu povo, que foi traficada, espoliada, mas que não perdeu a nossa cultura. A terra para a gente é sagrada⁴.

De acordo com Oliveira (2003), nas comunidades tradicionais africanas o conhecimento social também implica em profundo conhecimento da natureza, uma vez que a existência dessas sociedades e suas práticas são dependentes dos elementos naturais. Assim, a construção da identidade e seu sentimento de pertença à comunidade se constrói na (con)vivência.

⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/13/agronegocio-ameaca-sobrevivencia-de-povos-indigenas-e-quilombolas>

Dessa forma, a relação que se estabelece com o meio, têm outras referências que não aquelas reificadas pelo capitalismo nas sociedades ocidentais, os elementos da natureza não se apresentam como lugar ou objeto de consumo e exploração, mas lugar do sagrado. Os rios, pedras, matas, plantas e florestas se configuram lugar/elemento ritualístico, tendo que ser preservados e mantidos.

Esses princípios acabam por confrontar-se diretamente com as formas de sociabilidade dessas comunidades, as quais estão subscritas à relação de pertença que estabelecem com o território, com os meios de produção, a alimentação, o uso das ervas medicinais, a relação com o mundo material e imaterial, o tempo-espaço, o que significa dizer que:

Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revela aspectos encobertos das relações raciais (SCHMITT,2002, p. 4).

Como educadora, Fátima sempre pautou a defesa pela educação quilombola de qualidade, e denunciava a existência de um currículo que não é respeitoso com a identidade quilombola e não trata das questões étnico-raciais, o que fragiliza a identidade das crianças quilombolas. Nesse aspecto, Fátima ainda enfatiza a não valorização da cultura e da história de seu território, e dos quilombos em geral e que é urgente a compreensão de que *no Brasil e no mundo não existem histórias únicas, mas uma multiplicidade de histórias, culturas e saberes. Saberes estes que não são menores do que o conhecimento eurocêntrico*. Ela afirma, também, que os povos tradicionais possuem uma ecologia dos saberes que precisa ser respeitada pela academia, uma vez que os saberes científicos se ancoram nos saberes das comunidades tradicionais.

O comprometimento e reconhecimento da importância da educação e acesso à informação na instrumentalização e formação da infância e juventude quilombola, a

motivou à idealização do projeto de criação de uma biblioteca na Comunidade da Ilha de São Vicente. Fátima elaborou o projeto a partir de uma campanha de arrecadação de livros e conseguiu um acervo com aproximadamente 10 mil exemplares. Para organização do acervo, buscou parcerias com instituições para a catalogação dos materiais, uma vez que o objetivo do projeto era preservar o patrimônio doado e fazer circulá-lo entre os moradores da comunidade.

No ano de 2020, vendo-se desempregada por conta da pandemia, Fátima iniciou o projeto Serafinas, o nome é uma homenagem à sua tataravó. Segundo ela, a inspiração de realizar os bordados se deu a partir do contato com trabalhos realizados por sua mãe e avó. Os trabalhos de bordado passaram a ser sua fonte de renda, Fátima recebeu um prêmio nacional pelo projeto e vendia as peças confeccionadas de forma manual, decoradas e ornadas com sementes e fibras típicas do Cerrado e outros materiais para pessoas de todo o Brasil.

Em seis de abril de 2021, Fátima foi mais um corpo tombado na luta contra o Coronavírus, assim como outras pessoas de sua comunidade e outras tantas lideranças no país. A sagacidade, a potência de luta e coragem de Fátima deixaram uma centelha de esperança em todos nós, sua voz ainda ecoa e impulsiona a luta secular das comunidades tradicionais.

Considerando o engajamento e militância de Fátima na área da educação, e sua preocupação com a ausência, nas matrizes curriculares da educação básica, de elementos da história e cultura quilombola, como proposta pedagógica, sugerimos a abordagem nos componentes curriculares da história de resistência dos quilombos nos períodos colonial e pós-colonial, a memória dos mais velhos a partir do diálogo e da interlocução intergeracional, reconhecimento e identificação da ocupação dos territórios, os fazeres das comunidades tradicionais (modos de produção, musicalidade, arte, festas e festejos, espiritualidade, alimentação e práticas de cura).

Importante ainda fomentar a criação de bibliotecas comunitárias nas comunidades, a serem organizadas e coordenadas pelos moradores e também

projetos que se aportem no uso da literatura africana e afro-brasileira, no sentido de fortalecer a identidade das crianças e da juventude quilombola, a partir de narrativas e contextos nos quais elas se vejam e identifiquem sua memória, história, cultura e ancestralidade. Pensando no legado de Fátima e sua iniciativa na valorização dos saberes tradicionais das mais velhas das comunidades quilombolas, sugerimos a realização de oficinas de formação inspiradas no Projeto Serafina, a fim de aproximar as gerações mais novas da memória, saberes e ofícios, elementos da ancestralidade de suas comunidades, abrindo ainda a possibilidade de geração de renda a essas mulheres.

No ensino superior, sugerimos pautar a decolonialidade, a multiplicidade cultural, a escuta sensível dos mais velhos, os conflitos agrários e sua interferência nos territórios, bem como as expressões culturais das populações quilombolas em seus territórios. Fomentar projetos de extensão que valorizem os saberes das comunidades tradicionais e que se estabeleça o Diálogo de Saberes, valorizando as mais diversas epistemologias e *bacias semânticas*. E que não nos esqueçamos da voz de Fátima e seu chamamento ao nosso lugar no mundo:

A relação que temos com nossa mãe natureza é sagrada e trazemos isso desde África. Colheitas virão. Não serão apenas dos povos tradicionais e originários, mas de todos os coletivos⁵.

⁵ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5600-articulacao-das-pastorais-do-campo-emite-nota-de-pesar-e-indignacao-pela-morte-da-lideranca-quilombola-fatima-barros>

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, D. E. **Cosmovisão Africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. 2. Ed. Curitiba: Editora Gráfica, 2003.

OLIVEIRA, D. E. **Filosofia da Ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

REIS, J.; GOMES, F. **Liberdade por um Fio**: histórias dos quilombos no Brasil. Org. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SILVEIRA, R. "Jeje-nagô, iorubá-tapá, aon-efan, ijexá: processo de constituição do candomblé da Barroquinha (1764-1851)". In: **Revista cultura**, vol. 6. Petrópolis, Vozes, 2000.

Histórias de Fátima Barros, nascida na Ilha de São Vicente, Filha de Cantídio e Vicência Barros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pXp9ib4cFZU>.

Fátima Barros - Vozes do Saber 19 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ycOQM4oXSDQ>.

Prosa e História Comunidade Ilha de São Vicente - TO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BKoxmqXtD6M>

Histórias da Ilha. Disponível em: <https://www.historiasdailha.com/fatima-barros-novo>.

Curso de Pedagogia da Unitins promove Roda de Conversa com o tema "Educação das Crianças Quilombolas e Indígenas". Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/3214-2020-12-3-curso-de-pedagogia-da-unitins-promove-roda-de-conversa-com-o-tema-educacao-das-criancas-quilombolas-e-indigenas>.

**LAUDELINA CAMPOS DE MELO:
O legado de uma mulher negra**

**LAUDELINA CAMPOS DE MELO:
the legacy of a black woman**

Leticia Rocha⁶

Resumo: Laudelina Campos de Melo foi uma mulher negra, empregada doméstica, empreendedora, ativista pelos direitos das pessoas e, especialmente, das mulheres negras. O texto traz as memórias e o legado dessa mulher que se destacou na sociedade da sua época por sua coragem, audácia e ousadia na luta contra o racismo, o sexismo, o machismo e o patriarcalismo, e fundou a Primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil, que tinha o intuito de assegurar a vida e os direitos de todas as mulheres empregadas domésticas. Embora o país disponha hoje de legislações que assegurem o trabalho e os direitos dessas pessoas, ainda é grande descaso e negligência para com essas leis. E o trabalho doméstico, luta de D. Laudelina pela dignidade das mulheres negras, periféricas e de baixa escolaridade, segue sendo precarizado.

Palavras-chave: Antirracismo. trabalhadoras domésticas. ativismo negro.

Abstract: Laudelina Campos de Melo was a black woman, housekeeper, entrepreneur, activist for people's rights, and especially for black women. The text brings the memories and legacy of this woman who stood out in the society of her time for her courage, audacity, and boldness in the fight against racism, sexism, machismo, and patriarchy, and founded the First Association of Domestic Workers of Brazil, which aimed to ensure the life and rights of all women domestic workers. Although today the country has laws that ensure the work and rights of these people, there is still great disregard and negligence towards these laws. And domestic work, a struggle of Ms. Laudelina for the dignity of black, peripheral, and poorly educated women, is still precarious.

Keywords: Anti-racism. Housekeeper. black activism.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p22-30

⁶ Graduada em Ciências da Religião pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), pós-graduada em Neuropsicologia Educacional na Faculdades Santo Agostinho, mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Contato: lopesleticia395@gmail.com



Dona Laudelina Campos de Melo⁷

Eu já passei a [minha casa]. É [para o] Sindicato das Empregadas. Porque se eu deixar pra passar de morte, eu não tenho parentes pra deixar, mas vai aparecer alguém, pra ficar pro governo, eu não vou deixar. Então eu passei, já fui no cartório, já assinei. Pra continuar, pra usos e frutos: não pode vender, não pode dar, não pode alugar: pra usos e frutos, até quando existir a última empregada doméstica no Brasil

Laudelina Campos de Melo, 1904-1991.

Evocar a vida e as histórias de mulheres na sociedade brasileira, especialmente aquelas que são negras, é um ato eminentemente político de resistência. É um imperativo necessário nesses tempos em que esse grupo tem sofrido violências diversas que incidem sobre seus corpos.

Por isso, é importante rememorar a história de Laudelina Campos de Melo, ou somente Dona Laudelina, como era conhecida nas cidades em que desenvolveu seu ativismo em favor das pessoas que sofriam os impactos do racismo, do sexismo, do machismo e do patriarcado. Queremos tornar mais conhecido o legado dessa figura ainda pouco conhecida do grande público. A vida dessa e a de outras inúmeras mulheres foram omitidas da história tida como oficial, ensinada nos espaços

⁷ Disponível em <http://casalaudelina.org.br/> Acesso em: 17 abr 2021.

educacionais brasileiros. No entanto, percebemos, nos últimos anos, crescente interesse pelas histórias, saberes e fazeres das mulheres.

A historiografia latino-americana, inclusive a brasileira, ainda é incipiente ao enunciar o papel e a atuação de mulheres. Na década de 1980, a historiadora Maria Luiza Marcílio (1984, p.12) afirmou: “Negligenciada na historiografia geral e particularmente na da América Latina, a mulher começa a ser tema de investigações sérias”. Para essa autora, os estudos empreendidos sobre a mulher latino-americana não contribuíram para dar visibilidade às suas histórias e aos seus saberes. Ademais, são estudos em sua maioria advindos dos países do norte, hegemônicos, coloniais, brancos, heterossexuais e burgueses. Esses, por sua vez, não correspondem às situações de opressão, racismo e violência que pesam sobre a vida e os corpos de inúmeras mulheres nos países deste continente.

Ao mencionar mulheres devemos atentar para o recorte racial tão caro às feministas negras brasileiras, a exemplo de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairos, que, desde a década de 1970, têm denunciado as muitas opressões a que são submetidas as mulheres racializadas na sociedade brasileira, com graves consequências para a sua atuação e desenvolvimento social, político, econômico, cultural e intelectual.

De posse e entendimento das ideias apresentadas acima acerca de mulheres e negras, adentramos no universo de vida de Laudelina de Campos de Melo, personagem desse texto que tecemos com o intuito de enunciar seu fundamental legado e suas memórias.

Dona Laudelina nasceu em 12 de outubro de 1904, na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, e faleceu em 12 de maio de 1991, em Campinas, interior de São Paulo, aos 87 anos. Seus pais foram Maria Maurícia de Campos Melo e Marco Aurélio de Campos Melo, e não há precisão sobre a data de nascimento deles – cogita-se que ambos tenham nascido ao final do séc. XIX, ou seja, após a Lei do Ventre Livre, conforme nos informa a historiadora Elisabete Aparecida Pinto (1991,

p.147): “a lei do ventre livre havia sido sancionada em 1871, apesar de ‘livres’ vivenciam e são educados entre duas realidades: a da liberdade e da escravidão”.

Corolário desse processo de seus pais, compete à nossa personalidade desenvolver-se física e intelectualmente numa sociedade que mormente ainda reverberava os reflexos da escravidão, realidade que será determinante na construção do caráter forte e audacioso de Laudelina, conforme veremos posteriormente.

Há poucas fontes que enunciam a trajetória de vida da nossa personagem. Dentre essas, encontramos a dissertação de mestrado de Elisabete Aparecida Pinto, que conheceu pessoalmente Dona Laudelina, em 1985, ao participarem juntas do “Seminário sobre Negros e as discriminações raciais no mercado de trabalho”. Nas palavras de Pinto (1993, p.36), “o que se perseguiu na narrativa de vida de D. Laudelina é a intersecção entre o individual e o social”. Possuidora de um olhar transformador sobre sua própria vida, e outro na realidade em que se encontrava circunscrita, buscava mudança das estruturas que oprimiam e marginalizavam o seu povo preto. Essa intersecção persegue a história de vida dessa mulher.

Ainda sobre a visão da realidade percebida por D. Laudelina, “[...] a percepção que ela teve do contexto social em que vivia fez com que ela desenvolvesse um sentimento de resistência e um desejo de superar as injustiças. A coragem foi uma de suas qualidades” (PINTO, 1993, p. 157). Determinada e munida de uma ousadia criativa que transcendia seu tempo, a trajetória de D. Laudelina percorre caminhos inimagináveis para uma mulher negra na sociedade brasileira do início do século XX.

A sua existência é repleta de vivências e experiências, que transitam entre a maternidade, o casamento, a militância de ativista negra, sindicalista, trabalhadora doméstica, empreendedora, combatente na 2ª Grande Guerra, intelectual. Todas essas se mesclam e formam o tecido que compõem a história de vida dessa mulher empoderada e à frente de seu tempo.

Sobre a maternidade, Laudelina teve dois filhos do seu único casamento e ambos faleceram – a filha ainda na infância e o filho já adulto. O matrimônio na vida

da nossa protagonista não a impediu de atuar em favor das causas que sempre a motivaram, como a dos negros, especialmente, das mulheres negras. Pelas narrativas de Pinto (1993, p.160), “o casamento não representou para D. Laudelina uma submissão ao elemento masculino, na vida privada, doméstica, [ou] espaços coletivos de luta política”. É interessante enfatizar que era um período em que se relegava – e encerrava – a função da mulher ao trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

Outro fato, não menos intrigante no contexto de sua trajetória, é a separação do marido ocorrida em 1938 – fato inaceitável naquele período, uma mulher divorciada e com filho. Na leitura das narrativas da trajetória de D. Laudelina, identificamos a percepção e a sensibilidade para questões relativas a gênero, tanto na esfera privada como na pública, embora naquela época não houvesse definição desse conceito, tal qual conhecemos atualmente, de estudos de gênero. No entanto, não podemos explicitar que, por tais fatores, ela possa ser definida como uma militante feminista.

Em relação à sua intelectualidade, ela não advém dos bancos acadêmicos e da leitura de grandes teóricos, mas, sim, da vida, das lutas, da realidade, dos conhecimentos adquiridos com os grupos de que fazia parte, especialmente do movimento negro. A leitura de jornais e revistas da época eram, também, sua fonte de conhecimento. Pinto (1993, p. 35) nos adverte, “sendo semialfabetizada não pode construir ela mesma sua autobiografia”.

Sua militância e ativismo no Movimento Negro, no Sindicato e em outros campos de atuação esteve atrelada ao seu ofício de trabalhadora doméstica. Ofício assumido desde tenra idade ainda na sua cidade natal. O trabalho doméstico, fonte de renda e sustento para as mulheres daquela época, especialmente as mulheres negras, era vivido de forma precária, sem reconhecimento de direitos e sem legislação que pudesse ampará-las. Eram múltiplas as opressões sofridas pelas mulheres negras na sociedade brasileira, conforme já denunciado por Lélia Gonzalez: “Ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os

estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão”.

D. Laudelina, mulher bastante perspicaz, entende tais opressões citadas por Gonzalez, por isso atua no combate à discriminação, ao preconceito, aos abusos cometidos contra as empregadas domésticas nas casas das famílias abastadas da cidade, às injustiças. Enfim, buscava defender quem sofria as atrocidades da época. Seu ativismo estava voltado para o resgate da dignidade das pessoas negras, para que tivessem oportunidades, por meio de atividades educacionais, culturais, sociais e de lazer.

Nasce desse desejo por proporcionar melhores oportunidades às mulheres negras o que podemos considerar a obra prima da nossa protagonista Laudelina, a “Primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil”, no ano 1936, na cidade de Santos-SP. A entidade passou por diversas intempéries desde sua fundação, mas mantinha o firme propósito de assegurar os direitos das mulheres empregadas domésticas. Em entrevista concedida a Maria Dutra de Lima, em 1990, Laudelina comentou sobre um desses momentos em que o trabalho da associação foi interrompido, porém, ela continuou a desenvolver suas ações. Vejamos seu relato:

Então, ficamos de 40 a 45 sem poder fazer movimento, durante a época da Guerra. Em 41 foi feito o alistamento voluntário para as mulheres, porque os soldados seguiram para a Itália e nós ficamos então fazendo o trabalho dos soldados. Então eu fiz quatro cursos: fiz sentinela avançada; e o trabalho do blackout que era noite que a gente fazia o trabalho na praia, na entrada da barra, guardando os vários que saiam e entravam (LIMA, 2019, p. 42).

Nessa ocasião, Laudelina não se recolhe ao ambiente do lar para esperar a Guerra cessar. Ela se alista como soldado para ser combatente. Essa é mais uma de suas facetas, denotando audácia e coragem. Após, o término da 2ª Grande Guerra em 1945, houve a reabertura da associação, que expandiu seu campo de atuação para outras cidades do estado São Paulo, assim como para outros estados.

No período da ditadura militar que acometeu o Brasil e outros países da América Latina, D. Laudelina continuou a lutar incessantemente pelos direitos das mulheres domésticas, encontrando apoio e se inserindo nas Comunidades Eclesiais de Base – as CEB's. Essas comunidades, advindas do meio católico progressista, tiveram participação expressiva por meio de suas lideranças na luta pelos direitos humanos durante o regime militar.

Ainda sobre as CEB's, destacamos que a presença e atuação de mulheres marcaram o trabalho desses grupos no Brasil desde o seu início (ROCHA, 2019). Esta prerrogativa nos parece um contributo interessante para a inserção e a efetiva participação de Laudelina, pois eram ambientes que traziam em seu bojo, em certa medida, as causas nas quais militava.

Conforme vimos acima, o trabalho doméstico perpassa a vida de D. Laudelina, porém é importante afirmar que, em um determinado período de sua trajetória, afasta-se desse espaço doméstico para assumir outras frentes de trabalho – como proprietária de uma pensão e vendedora de quitutes – sem, no entanto, abandonar a luta por melhorias nas condições de vida das mulheres empregadas domésticas.

Há exatamente 30 anos do seu falecimento e do seu legado de luta pelas mulheres que exercem a profissão de empregadas domésticas, essas profissionais ainda carregam o peso da desvalorização e do descaso da sociedade estruturalmente racista. O país dispõe de legislações que asseguram o trabalho e os direitos dessas pessoas. No entanto, parece haver um descaso e negligência para com essas leis. E o trabalho doméstico, que comporta em seu bojo um número elevado de mulheres negras, periféricas e de baixa escolaridade, segue sendo precarizado.

O 2º semestre de 2020 deflagrou o caso da Madalena Gordiano, mulher negra, 45 anos, mantida em trabalho análogo à escravidão na casa de uma família no interior de Minas Gerais. Esse caso foi amplamente divulgado nas mídias e causou

comoção e revolta na população, por apresentar a face mais cruel do racismo em nossos dias, a perda da identidade e da dignidade enquanto pessoa humana.

Tendo por base os princípios que conduziram a vida e a história de Dona Laudelina, projetamos, como proposta pedagógica para o Ensino Médio e o Ensino Superior, a realização de uma pesquisa acerca das leis que asseguram o trabalho doméstico no Brasil, atendo-se ao número de leis e suas datas de implementação, o que já foi conquistado, o que ainda falta ser implementado – com entrevistas qualitativas que engrandeceriam o trabalho indicando as dificuldades e demandas desse campo profissional. É tempo de um justo reconhecimento dessas trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, 1995, p.458-463, 1995.

CARNEIRO, S. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta antirracista. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. v.1. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2004.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. Uma abordagem político-econômica. In: MADEL, Luz (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MARCÍLIO, M. L. Algumas propostas metodológicas para o estudo da história da mulher Latino-Americana. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. (org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-Americana**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1984.

PINTO, E. A. **Etnicidade, Gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp, Campinas, 1993.

ROCHA, L. A. F. L. **Mulheres e CEB's em Montes Claros-MG: descolonialidade e empoderamento**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

SANTANA, B. **Vozes Insurgentes de mulheres negras**. Belo Horizonte: Mazza, 2019.

**LÉLIA GONZALEZ:
Uma intelectual amefricana**

**LÉLIA GONZALEZ:
An amefricana intellectual**

Luana Fontel⁸

Resumo: Lélia Gonzalez foi uma intelectual negra brasileira graduada em História e Filosofia, mestre em comunicação social e doutora em antropologia política. Lecionou a disciplina de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Cultura Negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Teve amplo engajamento com a luta política ajudando a fundar movimentos como Movimento Negro Unificado (MNU) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Sua obra envolve problematizações e análises ainda hoje necessárias aos estudos dos movimentos sociais bem como ao alinhamento de suas pautas mais amplas com a demanda das populações negras no Brasil.

Palavras-chave: Mulher. Negra. Amefricanidade. Pretoguês.

Abstract: Lélia Gonzalez was a black Brazilian intellectual with a degree in History and Philosophy, a master's degree in social communication and a doctorate in political anthropology. She taught the discipline of Brazilian Culture at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro and Black Culture at the Escola de Artes Visuais do Parque Lage. She had broad engagement with the political struggle, helping to found movements such as the Unified Black Movement (MNU) and the Black Culture Research Institute (IPCN). Her work involves problematization and analysis that are still necessary for the studies of social movements, as well as the alignment of their broader agendas with the demand of black populations in Brazil.

Keywords: Woman. Black. Amefricanidade. Pretoguês.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p32-38

⁸ Doutoranda em Linguística Aplicada PIPGLA/UFRJ, membro do ORI - Grupo de estudo e pesquisa em Raça, Gênero e Sexualidade CEFET/RJ e do CELeC - Coletivo de Estudos de Letramentos Contemporâneos UFRJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Lélia Gonzalez⁹

E se ao olharmos para as fronteiras as percebêssemos não como limites, mas como pontos de contato? E se as encruzilhadas, desenhadas entre conversas de cozinha e teses de doutorado não configurassem desencontros, mas fossem lidas como o estopim do ato criativo e o seu alimento? Para falar da filósofa e historiadora amefricana (GONZALEZ, 1988) Lélia Gonzalez (1935-1994) há que se parar para pensar esses dois questionamentos que sua obra ora desembaraça, ora dreda.

Nascida em Belo Horizonte, foi a décima sétima filha de um encontro entre Américas e Áfricas materializados na mãe remanescente indígena e no pai preto, Lélia trilhou a trajetória de sua mãe e de grande parte das mulheres racializadas brasileiras ao adentrar ainda cedo os serviços domésticos ao mudar para a cidade do Rio de Janeiro. Lélia babá.

No entanto, atreveu a escrever para si outros destinos possíveis, começando pelo Colégio Pedro II, um dos mais tradicionais da cidade carioca, onde concluiu o ensino médio. O trânsito da cozinha dos patrões à sala de aula da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) esboçava então, como hoje sabemos, um caminho sem volta.

Uma vez nas entranhas da universidade pública, formou-se em História e Filosofia, tornou-se mestra em Comunicação Social e doutora em Antropologia

⁹ Imagem de domínio público disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html>

Política. Professora Lélia foi remexida pelas contradições da academia branca e das intelectualidades em voga lançando-se aos questionamentos que a tornaram precursora de debates seminais que pensavam a intersecção de gênero, raça e classe no contexto brasileiro. Se hoje se intensifica o debate sobre o comprometimento político que fazer ciência implica, Lélia certamente figuraria um exemplo de pensadora comprometida com a reflexividade, o ativismo e o desmanche de escritas e epistemologias debruçadas sobre si mesmas.

Atenta nas institucionalidades e no jogo político nacional, participou da fundação de partidos como PT e PDT bem como da composição de espaços de aquilombamento político como Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga. Foi candidata a deputada, nunca venceu nas eleições, mas é eleita até hoje, como uma referência inestimável cada vez que a narrativa que abre *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984) é lida em voz alta.

Atualmente, as narrativas sobre a consolidação do sistema capitalista no mundo vêm mascaradas pelo maravilhoso encontro entre culturas, destituição de fronteiras econômicas e distribuição de tecnologia a nível mundial. O discurso humanista – ou complexo de princesa Isabel – pela igualdade ainda configura o principal fetiche da branquitude neocolonizadora, aquela que acredita ainda hoje poder resgatar os oprimidos de sua condição de subalternidade, tomando-os pelas mãos e tutelando sua diversidade e complexidade.

Como pensadora assentada geopolítica e intelectualmente na América Latina e como mulher preta de mãe remanescente dos povos originários, depois de participar de muitos seminários e congressos fora do Brasil, Lélia pode perceber cenários e experiências pretas e indígenas a nível internacional que forneceram os instrumentos filosóficos e analíticos para a elaboração de seu conceito cada vez mais apropriado: “Amefricanidade” (GONZALEZ, 1988a; 1988b; 2020).

Foi através de suas andanças entre os auditórios e a rua que pode perceber tanto pontos em comum das experiências dos povos negros em diáspora, quanto suas particularidades em determinados territórios. Essas particularidades se davam do encontro das heranças culturais trazidas de África com os saberes dos povos originários em contextos onde o colonialismo devorava mundos e cosmologias.

Na América Latina, do processo de resistência a esse cenário de morte, decorrem as influências indígenas e africanas que se materializam na língua, nas religiões, nos gestos, na culinária, na música e demais manifestações intrínsecas a chamada “cultura brasileira” que atravessaram o tempo e desaguaram na contemporaneidade. É em face dessa percepção que Lélia vai cunhar o conceito de “Amefricanidade” como produto do encontro entre os povos da diáspora africana e este território gigante ao qual denominamos – infelizmente – de Américas.

Para pensar essas heranças ancestrais, recorrentemente atualizadas sempre que se repele o domínio branco-europeu, Lélia Gonzalez observou que o tipo de domínio exercido sobre essas populações se deu de maneira diferente nos territórios colonizados por Portugal e Espanha. Diferente do “racismo por segregação” (GONZALEZ, 1988a, p. 130), exercido no contexto estadunidense, por exemplo, onde a “regra da gota de sangue” dizia que bastava um ancestral racializado para que o/a sujeito/a também o fosse, aqui na América Latina foi instaurada outra narrativa.

Na face do racismo experimentada no contexto brasileiro, que denominou “racismo por denegação” (GONZALEZ, 1988a, p. 130), houve uma sofisticação discursiva em que se vendeu uma ideia de democracia racial através das políticas do branqueamento ou miscigenação positiva. Não era necessário um “apartheid” espacial, pois “todos sabiam o seu lugar” e seu destino. Saber o seu lugar, em contextos como o Brasil colonial, significava aos povos racializados estar permanentemente subjugados pela estrutura racial dominante, silenciando canções e engolindo sílabas, mas também alimentando sua identidade ancestral na surdina, na boca da noite e nas encruzilhadas.

Ladina: sujeita inteligente, vivaz e cheia de artimanhas, adjetiva a encruza de dor e criatividade que se debruça sobre a memória de Abya Yala. Foi essa resistência cotidiana de infiltração nas micro-relações espaciais da cultura que impediu o extermínio pelo embranquecimento e possibilitou que ainda hoje exista um orgulho de reivindicar-se preto. Que ressurja entre textos constitucionais e práticas políticas a afirmação de que houve resistência e essa resistência se escreve em Pretoguês (GONZALEZ, 2020), sua língua materna.

O Pretoguês é língua e linguagem constituinte da América Ladina e da luta de narrativas pela retomada histórica de nossa ancestralidade silenciada. Língua quando se materializa na presença “tonal e rítmica das línguas africanas no português” (GONZALEZ, 1988a, p. 70) e linguagem quando, ao ninar o menino da casa grande, a Mãe Preta canta às suas memórias ancestrais.

A linguagem herdada pela cultura brasileira advinda das mães pretas que a amamentaram fornece epistemologias outras que podem fazer-nos pensar sobre rotas de fuga e estratégias de sobrevivência empreendidas pelos povos racializados do cenário nacional. Pretoguês é uma forma de fazer e agir politicamente no mundo (SILVA, 2021) e segue até hoje reafirmando-se num canto de capoeira, na gira de um terreiro e nos artigos sobre pensamento social brasileiro que Lélia nos deixou de presente.

No processo de tornar-se Griô para nós, suas estudantes-fãs, misturou psicanálise, candomblé e muito deboche, – respeitosamente... E quando o lixo falou (GONZALEZ, 1984) fez sentar Freud e a Mãe Preta na mesa redonda, onde construiu suas brilhantes releituras sobre o complexo de Édipo, para pensar a constituição da cultura brasileira como uma inquietante neurose de branquitude.

Na construção da pátria brasileira, as mulheres negras foram capturadas por diferentes estereótipos que ainda hoje subsidiam e hierarquizam suas trajetórias sociais. Lélia, através da recuperação da historicidade desses intensos processos que

interseccionalizavam raça e gênero na formação nacional construiu uma análise profunda do impacto dessas opressões.

A função da Mãe Preta, que “passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem” (GONZALEZ, 1984, p. 235) está fortemente presente em sua escrita. É dela a missão de ensinar à criança o manuseio dos instrumentos para sobreviver neste mundo, que protege a criança do castigo do pai com seu amor e serviência incondicional. É ela quem entona os primeiros versos e músicas que embalam o sono e a imaginação da criança.

No entanto, a criança não pode desejar essa mãe nem lhe ter amor, deve negá-la e rejeitá-la. Deve aceitar o poder do pai sobre si e substituir o Pretoquês pelo Português, o canto iorubá pela missa dominical e uma vez que arranque com a boca o seio que a amamentou estará pronta para andar com próprias pernas pelos dutos da civilização.

E assim a metáfora da triangulação edípica é usada por Lélia, uma vez que o Brasil embranquecesse e efetivamente removesse suas heranças pretas e indígenas seria alçado à condição de país civilizado, branco e patriarcal, um modelo de evolução. E, devido a isso, precisaria exterminar qualquer herança que lembrasse e exaltasse sua amefricanidade, ainda que esta tenha lhe servido de alimento e acudido nos dias de fraqueza.

Essa história segue sendo atualizada sempre que uma mulher negra deixa suas crias para cuidar do filho dos patrões, quando os corpos brancos são modelos de beleza ou quando a polícia militar invade uma comunidade. A neurose cultural brasileira (GONZALEZ, 1984) segue se atualizando através de episódios do dia a dia e precisa, através de análises e existências como Lélia Gonzalez, frear as prescrições de gênero, raça e classe que nos matam todos dias possibilitando assim o vislumbre do futuro que desejamos habitar.

Um dos argumentos centrais da obra de Lélia Gonzalez diz respeito à herança que povos pretos e indígenas deixaram nas diversas expressões de nosso cotidiano e

do quanto a resistência a sistemas de dominação eurocentrados se inscrevem em ações de todo dia. Uma proposta interessante de tratar de seu legado epistêmico em sala de aula, e que pode ser feito do ensino infantil ao superior, é o de convocar as pessoas a perceber quais práticas, que atravessam nosso cotidiano, são parte dessa herança.

Na língua, nos ritmos musicais que atravessaram o atlântico negro, na comida e nas artes. Nas práticas de parto, nas ervas que curam a dor na garganta e na tecnologia das embarcações. Trabalhar com Lélia é perguntar onde “está a nossa herança amefricana?” e o que podemos amplificar a partir dela. Uma atividade baseada nessa percepção pode se materializar em uma proposta onde pessoas sejam convidadas a pesquisar esses elementos e posteriormente compartilhá-los com a turma, ficando a critério do/a professor/a definição do foco da atividade.

Como exemplo, realizei, no primeiro semestre de 2021, uma oficina de escrita onde as mulheres do grupo deveriam conversar com as mulheres mais velhas de suas famílias sobre os cuidados que envolviam o processo de gestar e parir e suas estratégias. Um dos ganhos do processo foi perceber que apesar da medicina ocidental ainda ter um forte poder sobre a decisão do parto hospitalar, as práticas ancestrais ainda são as protagonistas do cuidado e da prevenção, seja através de insumos naturais, seja nas práticas de alimentação ou mesmo crenças que resguardam a mulher no período puerperal. Essa atividade ilustra como conceitos trabalhados na academia e que se voltam contra o processo colonial e racista podem ser discutidos através da percepção de nossas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun, 1988a.

GONZALEZ, L. As amefricanas do Brasil e sua militância. **Jornal Maioria Falante**, v. 7, p. 5, mai./jun. 1988b.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SILVA, C. da C. **Descendência africana expressada no meu canto**: o pretoquês no rap nacional feminino. 134f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

**VÓ PITUCA,
Liderança afroindígena de Itamoari**

**ABUELA PITUCA,
Liderago afroindígena de Itamoari**

Maria Madalena dos Santos Carmo¹⁰

Resumo: Este trabalho objetiva comentar sobre a trajetória de Maria Petronilia Lima Souto, a Pituca, conhecida também como “mãe-velha”, minha bisavó indígena da etnia Tenetehar-Tembé que foi criada junto ao quilombo de Itamoari, localizado no município de Cachoeira do Piriá, no Pará. A história de Pituca nos convida a pensar sobre a constituição das relações afroindígenas na região do Gurupi, região de fronteira entre o Pará e o Maranhão, conhecida historicamente pelas trocas e socializações entre a população negra, indígena e os *mercenários* que comercializam ouro na região. Entende-se, neste trabalho, a relação afroindígena como símbolo de resistência visualizada a partir dos saberes deixados por Pituca.

Palavras-chave: Vó Pituca. Relação afroindígena. Quilombo Itamoari.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo comentar la trayectoria de María Petronilia Lima Souto, Pituca, también conocida como “madre-anciana”, mi bisabuela indígena de la etnia Tenetehar-Tembé que se crió en el quilombo Itamoari, ubicado en el municipio de Cachoeira do Piriá, en Pará. La historia de Pituca nos invita a reflexionar sobre la constitución de las relaciones afro-indígenas en la región de Gurupi, la región fronteriza entre Pará y Maranhão, históricamente conocida por los intercambios y la socialización entre negros, indígenas y mercenarios que comercian oro en esta región. En este trabajo, la relación afro-indígena se entiende como un símbolo de resistencia visualizada a partir del conocimiento dejado por Pituca.

Palabras clave: Abuela Pituca. Relación afro-indígena. Quilombo Itamoari.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p39-45

¹⁰ Mulher negra quilombola de Itamoari. Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Diversidade Sociocultural no Museu Paraense Emílio Goeldi. Graduada em Licenciatura Plena em História do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Estudos Interculturais Pará Maranhão - GEIPAM. Integrante do Grupo de Pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia.



Vó Pituca¹¹

Escrever sobre minha bisavó é escrever sobre mim, sobre minha história, é conhecer quem eu sou, conhecer o povo do qual faço parte, conhecer o Itamoari. Devido à pandemia do COVID-19, ainda presente no ano de 2021, não pude estar diretamente no quilombo de Itamoari. Dessa forma, as entrevistas neste estudo foram realizadas com familiares e pessoas que frequentavam a minha casa, onde trouxeram informações importantes sobre a memória da vó Pituca.

As perguntas feitas foram as seguintes: Quem foi Pituca para você? Qual a memória que você tem com ela? Como se lembra? Que ano chegou a conhecer? Eram próximos? Aprendeu alguma coisa com ela? Ela era parteira? Era pajé? Você acha que o Itamoari mudou alguma coisa com a presença dela e a ausência? Era considerada liderança de lá? Como você se lembra dela? Como ela se vestia e o que usava na “brincadeira”¹² dela?

As entrevistas foram realizadas com meu pai Manoel Caldas do Carmo (60 anos, neto de Pituca e vice-presidente do Centro Comunitário de Itamoari), minha mãe Maria José dos Santos (53 anos, conheceu a minha avó Pituca durante 1980, logo que se casou com meu pai), minha tia Maria Antônia (62 anos, morou em Itamoari

¹¹ Acervo pessoal da autora.

¹² Chamada de pajelança, o nome brincadeira se compreende no sentido de brincar, se divertir.

desde 13 anos e conheceu Pituca durante 1970) e meu tio Raimundo Fernandes Soares (80 anos, sobrinho de consideração de Pituca e conheceu a mesma desde o ano de 1960).

A história da vó Pituca começa quando seus pais se mudaram para uma localidade chamada Jiboia, localizada às margens do rio Gurupi lado do Pará. Sua mãe, dona Rosa Lima, era nativa da etnia Tenetehar-Tembé e era casada com Domingos Souto, que foi um negro escravizado que tinha fugido do garimpo Monte Áueros, no norte do Maranhão. Juntos eles tiveram cinco filhos, Maria, Domingos, Augusto, Sebastião e a vó Petronilia.

No final do século XIX, a família de Domingos Souto foi atacada por nativos, e relatos da comunidade apontam indígenas da etnia Tenetehar-Tembé como responsáveis pelo ataque, motivados pela fuga de Domingos Souto junto com Rosa Lima da aldeia deste povo indígena. Nesse ataque, o mataram com flechadas denominada taquara – uma espécie de flecha com ponta de ferro – e levaram Rosa Lima de volta para aldeia.¹³ Pituca e seus irmãos foram levados para o quilombo de Itamoari, onde foram criados por Francisco Oliveira e Maria do Carmo, fundadores do quilombo e que vieram junto com Domingos Souto do garimpo Monte Áueros. No quilombo de Itamoari, Pituca casou-se com Dionísio do Carmo, um dos três filhos do casal fundador da comunidade e com ele teve sete filhos. Contudo, a história de Pituca não se limita somente ao casamento entre negro e indígena, mas aos ensinamentos repassados de geração a geração e que compõem hoje a resistência do povo do Itamoari.

A foto exposta no início do texto demonstra como Pituca ainda se situa na memória do povo de Itamoari, seja nos quadros de fotografias espalhadas pela sala das casas do quilombo ou nos cânticos que contam a história do local. E mais, a memória de Pituca é lembrada, principalmente, quando alguém se afirma como

¹³ Essa história é contada por Maria do Carmo e pelo povo de Itamoari em seus contos sobre a formação da comunidade.

“negro-índio”¹⁴ em conversas corriqueiras como: “eu sou negro e também sou índio, porque minha avó era índia e meu avó era negro”. É sobre este entendimento do “ser” que me aproximo da discussão sobre a relação afroindígena neste texto, tendo como fio condutor as considerações do antropólogo Marcio Goldman (2014) e Cecília Mello (2017).

Muitos estudos antropológicos anteriormente focavam na “adaptação” entre a cultura afro à “sociedade dos brancos”, esse movimento corrobora com o discurso criticado por Marcio Goldman acerca da noção de “identidade nacional”, sustentado pelo “mito das três raças” que ampara o processo de branqueamento da sociedade brasileira. Para Goldman, isso perpetra uma estatização da relação afroindígena, fazendo com que esta categoria dificilmente seja analisada em conjunto. Para os Militantes do Movimento Cultural Arte Manha e do Umbandaum: Grupo Afroindígena de Antropologia Cultural do extremo Sul da Bahia, o termo afroindígena não se trata somente de aproximações entre duas culturas distintas, mas um ponto específico e único entre essas duas culturas, construindo um novo modo de perceber-se e expressar-se no mundo, é sobre uma memória que se expressa na arte, segundo os sujeitos ouvidos por Cecilia Mello (2017). Em suma, o afroindígena é sobre o encontro entre o afro e o indígena, mas no sentido de produzir um novo caminho, uma interseção entre as duas culturas, que não remete a um novo que se constitui de uma mistura, da diluição de um e outro, mas de um novo que se soma a partir de ambos.

Assim como no Movimento Cultural Arte Manha e do Umbandaum, no quilombo Itamoari, podemos visualizar a relação afroindígena na pesca, quando usamos o cacuri¹⁵ ou o arco e flecha, nas nomeações de espaços (como a Ramada, lugar onde é servido a refeição durante os eventos comunitários) e o nome do próprio quilombo Itamoari (nome da língua Tenetehar-Tembé: *Ita-pedra//moari-*

¹⁴ Termo êmico, correlato a afroindígena.

¹⁵ Tipo de instrumento em forma de cercado utilizado na parte rasa do rio para a captura de peixes.

bonita), também podemos observar na realização da pajelança, em que, segundo os relatos das pessoas entrevistadas, a vó Pituca utilizava o maracá, assim como seus descendentes que fazem parte da pajelança atualmente. Entre os quilombolas do Itamoari esses elementos não são vistos desassociados entre uma cultura e outra, e sim fazem parte da cultura do Itamoari. Além disso, Pituca sempre está presente nas brincadeiras da pajelança do quilombo, por meio da sua filha Maria do Carmo, na ocasião ela vai abençoando seus netos e bisnetos e protegendo-os por meio de orações e benzimentos. Vó Pituca é memorada como uma importante liderança na constituição da família quilombola de Itamoari.

As memórias compostas no quilombo sobre a trajetória de Pituca fazem parte de um fio de relações diversas que compõem a região do Gurupi. Nos relatos de viajantes como Jorge Hurley (1932) e Darcy Ribeiro (1996) são apontados como viviam os ribeirinhos desta região e como a vivência era marcada pelos costumes indígenas, assim como pelos costumes afros. A pesca, a dança, as brincadeiras de boi-bumbá, a pajelança, eram fatores de grande percepção desse modo de vida “intercruzado”, ou bem como mencionado por Marcio Goldman (2016), uma produção de um elemento diferente, a partir das relações entre populações negras e indígenas, a concepção afroindígena.

A história da vó Pituca marca, para nós quilombolas de Itamoari, nossa ancestralidade afro-indígena, ou como mencionado por nós próprios como “negro-índio”. Nossa história é contada a partir da memória da vida de Pituca, destacando sua liderança à frente das questões religiosas e culturais do nosso quilombo. Falar da memória do povo de Itamoari sobre Pituca será uma forma de salvaguardar seus conhecimentos e, principalmente, a importância da “mãe velha”, a mulher parteira e pajé de Itamoari.

A partir da história da vó Pituca, de sua trajetória de vida, temos um grande e belo exemplo de como acontecia (e acontece) as relações afroindígenas às margens do rio Gurupi. Assim, podemos escrever e entender nosso passado. Tudo isso acontece

pela escuta dos nossos mais velhos sobre sua história. Neste sentido, é importante e necessário começarmos a incluir em nossos currículos escolares, principalmente para disciplinas voltadas às escolas quilombolas, a memória dos nossos antepassados, através, por exemplo, da produção de materiais paradidáticos, como cartilhas, tendo como principais autores as pessoas mais velhas e lideranças dos quilombos e dos povos indígenas.

Outra proposta possível é a produção de documentários que poderão ser utilizados nas escolas e universidades, além de rodas de conversas em espaços acadêmicos voltadas para a temática da oralidade enquanto conservação das memórias dos mais velhos e das lideranças de cada povo. Essa é uma forma de deixar viva nossa história, escutar nossas ancestrais que estão sempre nos abençoando e mostrando resistência em nossas lutas diárias sobre quem somos e porque precisamos ser respeitados e respeitar nosso território. Além de respeitar, cuidar e proteger e demonstrar que não estamos desassociados da natureza.

Trazer a figura de Pituca para o meu trabalho é escrever sobre as vozes das mulheres que curam em Itamoari, assim como é a voz de todo quilombola desta localidade, que retiram da memória o conhecimento de suas práticas. Muitas delas aprenderam com a vó Pituca a benzer, o tipo de erva ou mato que utiliza para tratar as enfermidades e a puxar a barriga da gestante. Pituca sempre é memorada em seus relatos, as mulheres que não aprenderam com Pituca, aprenderam com as aprendizes dela, como é o caso de Benedita do Carmo (Bita) que aprendeu com tia Orlanda que aprendeu com sua sogra Pituca. E assim a ancestralidade se torna desenhada através das práticas de cura das mulheres de Itamoari. É sobre minha vó Pituca que faleceu no ano de 1982, mas deixou sua filha como pajé, sua nora como parteira e suas demais comadres como rezadeiras. E assim vou tecendo também a minha história através da fala destas mulheres, que sempre estão prontas para curar e que não esperam lucro em troca, mas sim, um pedaço de peixe, um “bocado” de farinha ou algum outro agrado e, principalmente, esperam o respeito em troca.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais:

CARMO, Manoel Caldas do. **Arquivo Pessoal de relato oral documentado**, Euzebia do Carmo Oliveira, Itamoari, 1994.

Fontes Orais:

Entrevista com Manoel Caldas do Carmo, 60 anos, realizada em 19 de maio de 2021, entrevistadora Maria Madalena dos Santos do Carmo, Alto Bonito, Cachoeira do Piriá, PA.

Entrevista com Maria Antônia Mendes do Carmo, 62 anos, realizada em 19 de maio de 2021, entrevistadora Maria Madalena dos Santos do Carmo, Alto Bonito, Cachoeira do Piriá, PA.

Entrevista com Maria José dos Santos, 53 anos, realizada em 19 de maio de 2021, entrevistadora Maria Madalena dos Santos do Carmo, Alto Bonito, Cachoeira do Piriá, PA.

Entrevista com Raimundo Fernandes Soares, 80 anos, realizada em 19 de maio de 2021, entrevistadora Maria Madalena dos Santos do Carmo, Alto Bonito, Cachoeira do Piriá, PA.

Bibliográficas:

GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. **Cadernos De Campo**, vol. 23, n. 23, p. 213-222, 2014.

GOLDMAN, Marcio. Contradiscursos afroindígenas sobre Mistura, sincretismo e mestiçagem: estudos etnográficos. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, vol. 9, n. 2, p. 11-28, jul/dez, 2017.

HURLEY, Jorge. Chorographia do Pará e Maranhão: Rio Gurupy. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará**, vol. VII, 1932.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Quatro ecologias afroindígenas. **Revista de @ntropologia da UFScar**, vol. 9, n. 2, p. 29-41, jul./dez, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: Os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**NILMA LINO GOMES EM MOVIMENTO:
educar e politizar**

**NILMA LINO GOMES ON THE MOVE:
educate and politicize**

Aline Neves Rodrigues Alves¹⁶
Sílvia Regina de Jesus Costa Galvão¹⁷

Resumo: Este texto apresenta reflexões acerca das contribuições teóricas da professora Nilma Lino Gomes à produção de conhecimento na área das Ciências Sociais e Humanas. Sua atuação na Educação tem como eixo central o desenvolvimento do pensamento intelectual acerca das Relações Raciais no Brasil. Buscamos, dentre as várias proposições de sua produção, destacar a originalidade teórica em afirmar o Movimento Social Negro enquanto ator político educador, na dinâmica da prática social na formação de sujeitos e na dimensão teórica produzindo conhecimento. Esses processos, prático e teórico, constituem saberes emancipatórios que alimentam políticas de ações afirmativas, em especial no campo do direito à diferença e à educação para a diversidade.

Palavra-chave: Intelectual negra; Movimento Negro; Emancipação.

Abstract: This text presents reflections on theoretical contributions by Professor and scholar Nilma Lino Gomes to the production of knowledge in the area of Human Social Sciences. Her contribution to education has as its main axis the development of intellectual thinking regarding race relations in Brazil. We seek to, within the several propositions from her production, highlight her theoretical originality in stating the Black Social Movement as an educating political actor, in the dynamics of social practice forming subjects and in the theoretical dimension producing knowledge. These processes, practical and theoretical, constitute emancipatory pieces of knowledge that foster affirmative action politics, especially in the field of the right to difference and an education for diversity.

Keywords: Black intellectual; Black Movement; Emancipation.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p46-55

¹⁶ Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG. Professora da Educação Básica pela Rede Municipal de Belo Horizonte e tutora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) UFMG. Integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Contato: alineves@ufmg.br

¹⁷ Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG. Professora da Educação Básica pela Rede Municipal de Belo Horizonte e tutora do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) na UFMG. Integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Contato: silviarjcosta@gmail.com



Nilma Nilo Rodrigues¹⁸

Este texto apresenta reflexões acerca das contribuições teóricas da professora Nilma Lino Gomes à produção de conhecimento na área das Ciências Sociais e Humanas, principalmente na Educação, tendo como eixo central o desenvolvimento do pensamento intelectual acerca das Relações Raciais no Brasil. Buscamos, dentre as várias contribuições da sua produção sobre o assunto, destacar o aporte teórico produzido sobre as experiências do Movimento Negro do Brasil e o seu status de ator político educador, na dinâmica da prática social na formação dos sujeitos, e na dimensão teórica produzindo conhecimento. Ambos os processos, prático e teórico, constituindo saberes emancipatórios.

A pesquisadora Nilma Lino Gomes é uma das mais importantes pensadoras sobre e com o Movimento Negro no país, com interfaces nos campos da Sociologia, Antropologia Social e da Educação. Nos estudos sociológicos, dialoga com o pesquisador Boaventura de Souza Santos, interpretando a sociedade a partir das dinâmicas de produção das emergências de grupos populacionais subalternizados; na Educação, com a formação das identidades dos sujeitos nos espaços educativos. Para além de apresentarmos uma reflexão a acerca do Movimento Negro como um

¹⁸ Fonte: anped.org.br Crédito: Foca Lisboa (UFMG).

ator político e educador - no sentido de formar consciências e saberes emancipatórios, um constructo conceitual da professora Nilma Gomes - este texto apresenta a importância de sua trajetória acadêmica e política para ampliação do reconhecimento dos direitos da população negra e quilombola no país.

Nilma Lino Gomes é uma das mais influentes intelectuais do Brasil e com uma trajetória profissional de grande relevância. Oriunda de uma família negra da classe popular, a pesquisadora nasceu na capital de Minas Gerais, em 1961, ano político conturbado marcado por situações arbitrárias no campo diplomático que culminaram no golpe militar de 1964. A perda de direitos democráticos seria o contexto político de toda sua infância e juventude; embora, na primeira fase de sua vida, estivesse longe dos grandes centros urbanos, na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais.

Assim como seus três irmãos, ela teve o incentivo familiar para iniciar e prosseguir seus estudos, apesar das dificuldades próprias de sua classe social. Seu pai viveu a experiência de luta por meio do sindicalismo - uma liderança; já sua mãe, igualmente trabalhadora, fez atividades manuais. Quando indagada sobre sua trajetória em espaços públicos, ou na ocasião de sua apresentação de memorial para fins de promoção à Professora Titular da Carreira de Magistério Superior da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2018, Nilma enfatizou os valores sólidos das lutas sociais preocupadas com o debate político, a democracia e a justiça.

Já formada em Pedagogia e na ocasião da promulgação da Constituição de 1988, Nilma Lino Gomes encontrou, no movimento negro brasileiro, as reflexões mais profundas para aquilo que ela percebia, por meio de sua experiência de mulher negra e professora da Educação Básica, em escolas públicas e privadas. Esse movimento social, que existia antes e fortemente após o período de governos antidemocráticos no Brasil, influenciou-a de tal modo que sua dissertação de Mestrado em Educação/UFMG já problematizava a construção da identidade racial na trajetória escolar de professoras negras. E sua tese na Antropologia Social/USP -

livro que completará duas décadas no próximo ano - é ainda hoje uma referência nos estudos sobre corpo, cabelo e identidade negra nas Ciências Humanas.

Sua dedicação profissional, rigor científico e abertura ao diálogo crítico, afetuoso e provocador contribuiu para formação acadêmica de qualidade de muitos estudantes assistidos pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG, um grupo de pesquisa, ensino e extensão co-idealizado e coordenado por ela por mais de uma década, num contexto de ampliação das lutas por políticas de ações afirmativas no país. Nilma Gomes integrou ainda a Câmara de Educação Básica e Conselho Nacional de Educação (2010-2014) quando foi relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Por esse trabalho, ela é considerada colaboradora ativa para o avanço da consciência de direitos das comunidades quilombolas, tais como direitos às identidades étnico-raciais, à terra, à territorialidade e à educação.

Embora ela tenha críticas ao fato de ser considerada a primeira mulher negra reitora do Brasil, esse título popularizado em eventos e redes sociais tem se somado ao título, carinhosamente recebido, de “sempre” Ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Foi enquanto reitora pró-tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, e por suas atividades pela SEPPIR, que Nilma Gomes estreitou laços acadêmicos e políticos de cooperação internacional sul-sul com países de língua portuguesa, incluindo Macau - uma região especial da China, numa confluência entre o conhecimento científico e a práxis progressista do campo político e diplomático.

Além de presidir a Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros (ABPN) entre 2004-2006, ao longo de sua trajetória, Nilma Gomes não mediu esforços para construção de Grupos Temáticos e comitês científicos na Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e na Associação Nacional de Pós-Graduação

e Pesquisa em Educação (ANPEd). Além de ser membra da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), é Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Como dito, o pensamento da professora Nilma Lino Gomes tem como eixo central as reflexões que envolvam as relações raciais no Brasil e temas como diversidade, cultura, políticas educacionais, formação de professores, entre outros. No entanto, suas elaborações sobre essa área de estudo não se reduzem a reflexões estáticas da sociedade a partir das estruturas econômicas; a escritora se debruça, sobretudo, na interação das estruturas sociais, na produção das identidades dos sujeitos e na articulação organizada dos sujeitos no deslocamento das estruturas.

Seu pensamento apresenta com recorrência uma preocupação em refletir os diferentes espaços e níveis educativos - educação infantil à formação universitária; e seus sujeitos - crianças, jovens e adultos; assim como suas respectivas dinâmicas, as relações interpessoais entre os sujeitos e as ferramentas educativas, o currículo e as práticas escolares na produção social das relações raciais. Nesse sentido, a produção intelectual da pesquisadora é atravessada por várias linhas epistêmicas, como problematização da raça e identidade na infância e na juventude; relevância da inclusão da educação das relações étnico-raciais na formação de professores; inclusão do currículo escolar via valorização da história e cultura afro-brasileira; intensificação das políticas de ações afirmativas; ampliação da compreensão da corporeidade negra na produção dos sujeitos; coletivos e movimentos sociais.

Suas obras apresentam aspectos interseccionais à medida que complexifica os sentidos de compreensão de gênero, das desigualdades sociais, das políticas de ações afirmativas, da diversidade incluindo as relações sociais de raça. Como apresentado, a trajetória da professora Nilma Gomes está relacionada com a ampliação democrática da diversidade na sociedade brasileira e o aumento do reconhecimento dos direitos sociais e políticos da população negra e dos povos quilombolas. Nesse sentido, a intelectual está comprometida com a erradicação do racismo e construção

de uma sociedade mais justa com os povos socialmente oprimidos - população negra, quilombola, mulheres - dentre tantas outras populações subalternizadas.

É importante ressaltar ainda o pensamento da intelectual na construção e reconstrução dos símbolos que constituem a identidade Negra. São processos de produção de saberes emancipatórios, em muitos contextos simultâneos e atravessados entre si, de uma sociedade marcada pelo mito da democracia racial e pela branquitude. No campo da Antropologia, a cultura afro-brasileira expressa, principalmente, no cabelo e na pele, referenciais defendidos pela intelectual, como elementos constituintes dos processos subjetivos emancipatórios dos sujeitos negros e negras. Nesse sentido, a valorização da origem ancestral reconhecida no cabelo e na pele é alimentada pelas reivindicações de reconhecimento político e social do Movimento Negro.

Se, no campo da Antropologia, a professora Nilma Gomes apresentou uma extensa composição das identidades negras, com reconhecimento das diferenças na materialidade das características da pele e do cabelo; no campo da Educação, a pesquisadora busca refletir a luta do Movimento Negro por direitos e como esse fenômeno produz formação de identidades dos sujeitos negro e negras, alimenta o processo de emancipação e constitui-se em conhecimentos acadêmico.

Nilma Gomes afirma a capacidade desse Movimento atuar como ator político social e educador com papel semelhante aos movimentos sociais em geral, já que são organizações coletivas que atuam na reivindicação dos direitos e reconhecimento das identidades. As manifestações organizadas por tais movimentos buscam justiça e, nessa perspectiva, denunciam para sociedade civil e para o Estado as injustiças e ausências vivenciadas por determinados grupos socialmente excluídos.

O Movimento Negro, para além de reivindicatório e agente denunciador, atua como agente educador das relações sociais, ampliando a consciência coletiva das diferenças produzidas pelo racismo e a luta antirracista. De acordo com Nilma Gomes, o Movimento Negro “...constrói e sistematiza, articula saberes

emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira” (GOMES 2017, p. 24).

Para Nilma Gomes, o Movimento Negro é constituído pelas “mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo” (GOMES, 2017, p. 23). Sob tal ponto de vista, os saberes emancipatórios produzidos pela população negra, ao longo da história, são matéria-prima para produção da consciência crítica e *emancipação social*, não só dos sujeitos negros engajados, mas também conhecimento para todos os sujeitos não negros. Mas quais são esses saberes emancipatórios que produzem conhecimento?

De acordo com a autora, os saberes estético-corpóreos estão ligados ao destaque social que corpos negros e negras por meio de sua estética ocupam, questionando o padrão de beleza eurocentrado. E há também os saberes identitários que politizam o conceito de raça e de identidade negras em esferas antes invisibilizadas. E por fim, os saberes políticos que têm contribuído para emergência de leis que visem à emancipação de diferentes grupos marginalizados.

Ademais, relacionam com as reflexões acerca da Educação, com participação fundante do Movimento Negro, a aprovação das legislações que modificam a Lei e Diretrizes e Bases (nº 9394/1996) por meio da Lei nº 10639/2003 e a Lei nº 11645/2008. Esse resultado é conquista de uma militância histórica, engajada, não sem conflitos, em diversos setores sociais, principalmente, o acadêmico e o político. Essas legislações tratam da aprovação no currículo escolar da cultura afro-brasileira e história da África. Outra legislação no campo da Educação com participação efetiva do Movimento Negro é aprovação da Lei nº 12.711/2012, que trata da ampliação do ingresso da população negra nas universidades públicas.

Enquanto pesquisadora associada ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenadora do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo, percebe-se que Nilma Lino Gomes vem construindo uma carreira que preza pelo fortalecimento

de pesquisas acadêmicas que cumpram a função social de orientar o Estado na promoção de ações de justiça social, considerando os marcadores sociais de raça para reparações no tempo presente.

Tal maturidade, sagacidade e pensamento crítico aguçado lhe proporciona um importante equilíbrio na avaliação sistemática de nossa realidade social e tem apontado saídas para situações de desesperança, tal qual o atual estágio de contaminação causado pela pandemia de Covid-19 e pelo retrocesso da democracia. E é justamente nessa hora que a pesquisadora, ativista do movimento negro, tem se colocado de sobremaneira na ardente missão de atender aos inúmeros convites para palestras em conferências/eventos *on-line* no país e no exterior.

Um trabalho intenso cujo diálogo é acompanhado por políticos, acadêmicos e estudantes, sobretudo, jovens que se sentem encorajados (as) em ocupar diretórios e coletivos em universidades públicas, lutar por políticas afirmativas, bem como desenvolver seus estudos com a certeza do direito adquirido. Na cena pública do debate político, Nilma Gomes é uma defensora incansável dos direitos e proteção à vida da população negra, oferecendo uma proposta corajosa junto aos integrantes do NAPPI, Igualdade Racial, de criação de um Fundo Nacional de Combate ao Racismo para viabilidade de políticas públicas efetivas para mitigar os passivos da escravidão e do racismo estrutural (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2020).

As suas reflexões são tão robustas e inclusivas quanto a capilaridade do movimento negro em pensar ações afirmativas para diferentes públicos e espaços escolares e não escolares. Sob esse ponto de vista, sua discussão teórica possui uma gama de aplicabilidade, pois envolve problematizações que se inter cruzam no plano da saúde, da educação básica e superior, no trabalho e renda, na moradia, cultura, lazer, quer no campo ou na cidade, para todas as fases da vida. A respeito do ensino superior, Nilma Gomes defende a aprovação de legislação que garanta reserva de vagas para negros, negras, indígenas e pessoas com deficiência, em programas de pós-graduação nas instituições federais.

É possível afirmar que enquanto pesquisadora que organiza seus estudos a partir da perspectiva decolonial, Nilma Lino Gomes é coerente com a compreensão de que é necessário reconhecer e ouvir os movimentos sociais, tais como o movimento negro, dada a sua cumulativa história de luta contra uma estrutura social colonial excludente, racista, bem como LGBTfóbica e machista. Consideramos que seu pensamento, na esfera pública, realiza uma ética de reconhecimento que fortalece as instâncias de poder que se querem socialmente democráticas, portanto, garantidoras dos direitos humanos e da descolonização do saber, do ser e da natureza.

Assim, a contribuição teórica de Nilma Lino Gomes ao nos apontar o protagonismo do movimento negro enquanto ator político e educador de nossa sociedade, revela-nos a força da mulher negra enquanto intelectual comprometida com os sujeitos que foram subalternizados no processo colonialista. Dito de outro modo, a intelectual incorpora, em seus discursos e práticas, conhecimentos desse movimento negro tão diverso, fortalecendo-nos para lutas no campo epistemológico, educacional e de participação política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Brasília, 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 17 abr. 2021.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03**. 'ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GOMES, N. L. **Sem Perder a Raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev.amp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019. Coleção Cultura Negra e Identidade).

GOMES, N. L. **Currículo Lattes Nilma Lino Gomes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/74444449891704854>> Acesso em: 02 maio 2021.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil**. [São Paulo, 2020]. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/09/Plano-Brasil-web9B2.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2021.

MESTRA GRIÔ SIRLEY AMARO:**A guardiã dos conhecimentos ancestrais africanos no Extremo Sul do Brasil****MESTRA GRIÔ SIRLEY AMARO:****The guardian of the African ancestral knowledge in Southern Brazil.**Carine Ortiz Fortes¹⁹

Resumo: Em memória da Mestre Griô Sirley Amaro, pretendemos desenvolver reflexões junto às suas consideráveis contribuições na preservação e disseminação dos saberes tradicionais negro-africanos no Extremo Sul do país. Através da música, da dança, das rodas de conversa, costura, e da experiência vivencial, Dona Sirley Amaro desenvolveu inúmeras atividades e em diferentes instituições, a fim de potencializar as reflexões sobre os sofrimentos e as alegrias de pertencer à História do estado considerado o mais racista do Brasil: O Rio Grande do Sul. Em contrapartida, propostas de resistências como as de Dona Sirley, nos re-orientam a visualizar as tecnologias e dispositivos negros na batalha de re-existir, apesar de e em meio às diversidades. Sendo assim, sua genialidade contribui para a mudança de paradigmas no campo intelectual, ao propor abordagens e práticas pedagógicas a partir da memória, da ancestralidade, da resiliência e dos saberes tradicionais, desenvolvendo emancipação e autonomia do povo negro.

Palavra-chave: Psicologia Social; Saberes tradicionais africanos; Intelectualidade negra.

Abstract: In memory of Master Griô Sirley Amaro, we intend to develop reflections along with her considerable contributions in the preservation and dissemination of traditional Black African knowledge in the far south of the country. Through music, dance, the wheels of conversation, sewing, and the experiential experience, Dona Sirley Amaro has developed numerous activities and in different institutions, in order to potentiate the reflections on the sufferings and joys of belonging to the history of the State considered the most racist in Brazil: Rio Grande do Sul. In contrast, proposals for resistance such as those of Dona Sirley, redirect us to visualize black technologies and devices in the battle of re-exist, despite and in the midst of diversities. Thus, its genius contributes to the paradigm shift in the intellectual field, by proposing pedagogical from: memory, ancestry, resilience and traditional knowledge, developing emancipation and autonomy of the black people.

Key-words: Social Psychology; Tradicional african knowledge; Black intellectuality

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p56-66

¹⁹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG, é bolsista do Programa Educação Tutorial (PET- Psicologia) da FURG. É, ainda, membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/FURG). Email: carinnefortes@gmail.com



Mestra Griô Sirley Amaro²⁰

[...] e são coisas assim da nossa cidade, que eu lido,
 que eu ouço e lido... que a gente vivendo muitos anos, [...]
 tem muita coisa também que eu conto [...]
 também ligado ao antigo e agora [...]
 tem coisas que eu invento na hora, quando eu vou fazer as oficinas,
 porque eu não tenho pedagogia,
 não sou professora, a minha pedagogia é griô mesmo!
 (Dona Sirley)²¹

O presente trabalho busca contribuir para a preservação da memória de uma das grandes personalidades do Extremo Sul do Brasil, que fez sua passagem²² em outubro de 2020, aos 85 anos. A Dona Sirley Amaro (também conhecida como Sirley Amaro ou Mestra Griô Sirley Amaro) nasceu em 12 de janeiro de 1936, na periferia da cidade de Pelotas, localizada no Rio Grande do Sul e foi uma mulher negra, esposa, mãe, compositora, artista, ativista cultural, militante dos Direitos Humanos e tantas outras atribuições ao longo de sua existência.

²⁰ Foto retirada do acervo disponível no site do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.

²¹ Trecho retirado do prefácio da Dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, intitulado “Narrativas de educação e resistência: a prática popular griô de Dona Sirley” de Christiano Guedes Pinheiro (2013).

²² Nas comunidades negras, quando alguém vem a falecer, dizemos que está fazendo a “passagem”, à travessia para o retorno à Orun.

A cidade de Pelotas é conhecida regionalmente por sua produção de doces e charque, desde o período da escravização. Atualmente, as charqueadas (propriedades onde produzia-se a carne) continuam a fazer parte do imaginário cultural local: Os grandes casarões são utilizados como salões de festas de formaturas e casamentos pelos brancos; e são lembranças materiais e arquitetônicas de dor, sofrimento, e crueldade para os negros, uma vez que

Ao longo de quase todo o século XIX, o charque foi o produto-rei da economia rio-grandense e permaneceu no topo das suas exportações. Concentrando milhares de cativos e abatendo milhões de reses, o município de Pelotas destacou-se como o grande núcleo charqueador da Província. [...] Como resultado deste fenômeno, Pelotas foi cenário da formação de uma das elites mais ricas da região. Os charqueadores constituíram sua fortuna com base no trabalho escravo e qualquer ameaça a estas relações de produção poderia prejudicar demasiadamente os seus negócios (VARGAS, 2010, p. 1)

Além disso, contam os mais velhos/as mais velhas, que a cidade de Pelotas era conhecida como “Purgatório dos Negros”, ao passo que as jornadas de trabalho de pessoas escravizadas duravam em média, 16 horas diárias (GONÇALVEZ; DA SILVA, 2019, p. 2) em condições de extrema precariedade, que intensificam-se quando pensamos nas temperaturas frias de inverno, que podem facilmente chegar à sensações térmicas negativas.

No senso comum, é de conhecimento que a expectativa de vida de uma pessoa escravizada nascida em Pelotas era de 14 anos e as fazendas de charques eram consideradas o pior lugar para uma pessoa escravizada no Brasil, sendo utilizada, inclusive, como ameaça. Por exemplo, dizia-se ao escravizado de outras regiões do país, que “se não se comportasse, seria mandado à Pelotas”.

É sob resquício deste contexto histórico, cultural e econômico tão específico e adverso, que Dona Sirley desempenhou papel importantíssimo ao contar e compartilhar histórias de resistências, vivências e afetividades através da oralidade,

da música, dança, costura enquanto dispositivos de difusão da cultura negro-brasileira e tecnologias de disseminação de conhecimento em nossas comunidades.

Desde os 13 anos, trabalhou como costureira para auxiliar sua família, tendo desempenhado o seu ofício em um ateliê renomado da cidade de Pelotas, e ainda é, carinhosamente, reconhecida enquanto guardiã dos conhecimentos ancestrais africanos.

É também referência no movimento negro, no movimento carnavalesco, nas culturas populares, na luta contra as discriminações de gênero, raça e classe, onde com genialidade potencializou reflexões, diversas vezes e de diferentes formas, sobre as belezas e sofrimentos de existir no Estado mais racista do país. O documentário “Vivências da Negra Contemporânea do Rio Grande do Sul - Sirley Amaro”²³ nos permite observar as potencialidades propostas por esta intelectual que é símbolo da resistência africana e da prática da pedagogia griô. A pedagogia griô pode ser visualizada enquanto uma Pretagogia, pois é

Declaradamente interventiva e voltada particularmente para a divulgação, fortalecimento e afirmação das africanidades, buscando sempre a criação de dispositivos que permitam a vivência no ensino e na pesquisa de valores das cosmovisões africanas para apropriação do sentido de ancestralidade, mas também, de compreensão da história e de elementos de outras áreas de conhecimento que sejam relativos aos povos africanos e afrodiaspóricos (PETIT; VENTURA, 2020, p. 199)

Tal pedagogia constrói-se enquanto método, teoria e prática vivencial, narrativa e transversal de ação educacional e antirracista ao propôr percentimento e valorização negra. Possibilita a todos os participantes, a autopercepção e determinação enquanto agentes de mudança social, cultural e imagética no Rio Grande do Sul.

²³ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=sEjv7BvTCR0>

Ao longo de sua trajetória de vida, Dona Sirley desenvolveu inúmeras atividades com crianças, adolescentes, adultos e idosos, em instituições de diferentes segmentos seja ensino, centros religiosos, associações de bairros, instituições de acolhimento etc. Nesse sentido, destacamos o projeto “Com agulha, linha e pano, a Griô conta e canta histórias”²⁴ onde Dona Sirley nos convidava a repensar a partir de outro modelo de produção, transmissão e construção do conhecimento, o sentir da sabedoria que perpassa o corpo, a experiência e a narrativa de todos nós. Com licença poética, poderíamos dizer que, Dona Sirley tinha uma vivência parecida com as de nossas avós, e evocava um sentimento de tamanho acolhimento que é indescritível no sentido de exprimir em palavras, mas em imagens podem ser representadas: estarmos próximos aos nossos mais velhos, em roda e a escutar - algo que nunca foi tão importante e saudosista quanto neste momento.

O título de “Griô de Tradição Oral” a foi concedida através da Ação Griô Nacional, uma das quatro linhas contempladas pelo Programa Cultura Viva que visa reconhecer, valorizar e constituir através de políticas públicas, a garantia de direitos culturais e a democratização do acesso e da produção de cultura²⁵. Entendemos que os griôs responsabilizam-se em manter a memória e os costumes da comunidade, também como ferramenta de educação. São as principais fontes de conhecimento e resistência ao etnocídio - conceito que nos ajuda a compreender a produção de morte cultural, atentando ao aniquilamento contínuo “dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição”. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito” (CLASTES, 2004, p. 83)

Em 2019, foi anunciado que a Mestre Griô Sirley Amaro, receberia o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, sendo a primeira mulher negra na história da Universidade, a ter tal reconhecimento. A

²⁴ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Alv2IuSrdsM>

²⁵ Para mais informações: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/IPEA_2011-Barbosa_Calabre-Pontos_de_cultura_olhares_sobre_o_programa.pdf#page=62

cerimônia aconteceria em 2020²⁶ e infelizmente não foi possível ser desenvolvida devido à pandemia de COVID-19, e a intensificação de medidas de distanciamento social no país.

Ainda no mesmo ano, Dona Sirley foi homenageada pelo Sopapo Poético - Ponto Negro de Poesia²⁷ devido à sua trajetória cultural e sua figura de resistência no Sul, e na Marcha da Consciência Negra que teve como tema “Pela nossa história e ancestralidade”²⁸. Além disso, Dona Sirley atuou no

Núcleo de Arte, Linguagem e Subjetividade desde 2010, e especificamente com o projeto Confraria do Fuxico desde 2013. No ano de 2013 foi vencedora do Prêmio Culturas Populares Edição 100 Anos de Mazzaropi. No ano de 2015 ganhou o Prêmio Movimenta SeCult/Pelotas e no ano de 2016 o Prêmio Mestres e Mestras de Tradição por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/Diretoria de Arte e Cultura/Incubadora Cultura Viva da Universidade Federal do Rio Grande. O sarau é um encontro mensal promovido pela Associação Negra de Cultura (ANdC), sempre na última terça-feira do mês. Como outros saraus afro-brasileiros, desde 2012, evoca o protagonismo negro, em uma roda de atuações, reflexões e de convivências, reunindo artistas, pensadores e simpatizantes da cultura negra de resistência (LENIRA, 2019, p. 1).

Além disso, Dona Sirley “levou sua técnica de costura para o espaço Casa de Meninas de Pelotas. Ela também trabalhou em escola. Na trajetória, integrou o grupo Odara, e o coral Talentos da Maturidade” (DIÁRIO DA MANHÃ, 2020). Dona Sirley faz parte da história de Pelotas e de todos aqueles que tiveram a oportunidade de ter acesso à sua grandiosidade.

Dona Sirley é a representação de resistência em meio aos conflitos raciais e entraves geopolíticos, culturais, históricos e econômicos do Estado do Rio Grande do Sul, que visam apagar e invisibilizar as contribuições de pessoas negras e indígenas, tendo preferência aos discursos brancos, eurocêntricos, patriarcais e colonialistas em

²⁶ Para mais informações: <https://amigosdepelotas.com.br/2019/12/07/42283/opinioao/redes-sociais/>

²⁷ Para mais informações: <https://www.matinaljornalismo.com.br/rogerlerina/agenda/sopapo-poetico-homenageia-sirley-amaro/>

²⁸ Para mais informações: <https://www.bancariospel.org.br/2020/10/30/pelotas-perde-mestra-grio-sirley-amaro/>

prol da continuidade de uma imagem embranquecida do território. São apagamentos históricos que surgem no período colonial e se perpetuam cotidianamente, ao passo de muitas pessoas não terem o conhecimento das diferentes comunidades e identidades negras e indígenas do Sul. Ironicamente, o Extremo Sul do país (Pelotas e Rio Grande do Sul) concentram uma grande contingência de pessoas pretas, devido à sua história escravagista e aos Portos marítimos. A população negra sulista constantemente precisa reafirmar a sua existência enquanto povo, sujeitos de direito e agentes histórico-culturais de mudança.

Em relação ao embranquecimento, este fato pode ser observado através da sobreposição da imagem do branco em detrimento da imagem do negro [ou indígena, ou qualquer outra identidade étnica não branca], e são institucionalizadas por meio dos estereótipos, exclusão, deslegitimação, desqualificação, demonização e desconsideração dos conhecimentos e identidades de povos não-brancos, como

[...] uma estratégia que foi determinante para relegar ao negro [e ao indígena] uma condição de subalternidade e inferioridade perpétua. Ao impor o insígnia da raça e classificá-la como não-humana cria-se uma categorização de seres despossuídos de racionalidade, isso inclui é claro a memória. Dessa forma se nega o passado; apagando o que foi produzido em termos de conhecimento no continente africano, nega-se o presente; anulando as possibilidades de ascensão social e econômica, seja pelo o extermínio dos corpos negros, seja pela negação do acesso à educação e nega-se o futuro; mais uma vez pelo extermínio dos corpos negros e pela estratégia de submeter esse subalternizado à uma cultura e estética impostas pela branquitude que determina como negativo tudo que se refere a cultura e conhecimento negro (PESSANHA, 2018, p. 63-64).

Nesse sentido, vale ressaltar que os conhecimentos produzidos por mulheres negras podem ser atravessados pelo racismo e as questões gênero, sexualidade e classe, uma vez que todas essas categorias de discriminação influenciam nas nossas experiências pessoais e coletivas, nossas narrativas e nossas subjetividades. Nesse caso, “ser mulher preta é (re)existir diariamente ao racismo, ao sexismo e às violências produzidas e/ou reforçadas pelo colonialismo, e, ao mesmo tempo,

(re)construir modos e estratégias de ser, estar e se relacionar no mundo”(AMARO, 2018, p. 8).

Através das imagens e dos símbolos sociais, constroem-se os estereótipos raciais e sociais que são presentes em todas as instituições, inclusive as educacionais, e que nos acompanham ao longo de nossas vidas, potencializando as distorções sobre as realidades de mulheres negras (e da comunidade negra).

Em contrapartida, e em resistência a este conjunto de maneiras de discriminação, mas não somente por conta disso, surgem intelectualidades negras, tal qual Dona Sirley, que reivindicam naturalmente as epistemes que reconhecem diferentes expressões da intelectualidade, e inauguram novos paradigmas em meio às crenças segregacionistas e vexatórias da ocidentalidade: “Um paradigma que não separa corporeidade, cognição, emoção, política e arte. Um paradigma que compreende que não há hierarquias entre conhecimentos, saberes e culturas” (GOMES, 2012, p. 102), tão pouco uma transmissão passiva do conhecimento, onde alguém ocupa a posição de saber-poder enquanto o Outro apenas é “imóvel” e “neutro”.

A prática pedagógica da Mestre Griô Sirley Amaro, cujo pilares são a ancestralidade, a memória e a comunidade representa o “processo histórico negro-africano [que] é caracterizado por uma linha de continuidade ininterrupta de determinados princípios e valores transcendentais que são capazes de engendrar e estruturar identidades e relações sociais.” (LUZ, 2000, p. 31 apud ALVES; DE JESUS; SCHOLZ, 2015, p. 887). Em suas práticas, Dona Sirley solicitava a existência da circularidade, de uma roda, por exemplo, signo importante na cultura africana, pois evidencia a partilha, e um canal de energia vital.

Dona Sirley Amaro, com sua Pedagogia Griô, propõe rupturas nessas idealizações e fantasias racistas, e nos re-“ori”-enta a pensar sobre a construção das representações, modificando imaginários sociais e engrandecendo afirmações positivas à comunidade negra. Além disso, a Pedagogia Griô possibilita a

aproximação entre a realidade e o conhecimento, pois evidencia a tradição oral enquanto principal maneira de acessar e semear o conhecimento.

Esse sistema de transmissão de conhecimento e aprendizados, do qual tratamos, não está circunscrito apenas às instituições de ensino como compreende a ocidentalidade, mas está circunscrita à experiência cotidiana, aos encontros e desencontros. Nos distanciamos do lugar de “Outridade” proposto pela branquitude, e nos conectamos à afrocentricidade enquanto

Uma afirmação do lugar de sujeito dos africanos dentro de sua própria história e experiências, sendo ao mesmo tempo uma rejeição da marginalidade e da alteridade, frequentemente expressas nos paradigmas comuns da dominação conceitual europeia (Mazama, 2003). Afrocentristas rejeitaram a noção de alteridade que privilegia a cosmovisão europeia como normativa e universal (ASANTE, 2016, p. 11).

Assim, este torna-se o lugar sagrado de onde apreendemos, compreendemos, observamos, sentimos, compartilhamos, concebemos, expressamos e construímos as nossas experiências e perspectivas de Mundo, baseadas em nossas especificidades, realidades, culturas e práticas.

Consideramos que a Mestra Griô Sirley Amaro possibilitou, a partir da construção e contação de histórias, de seus fuxicos, o lugar em que se costurava o movimento contínuo, político, prático, cotidiano, educativo e conciso de valorização da estética, da cultura, das expressões artísticas, das experiências, em que a finalidade é, justamente, a liberdade e reconhecimento das nossas narrativas que são atravessadas sim, por sofrimentos, e também por resiliências e conquistas importantes. Desfaziam-se, no processo, os nós gerados pela ausência de pertencimento.

Em virtude dos fatos mencionados, consideramos que as práticas propostas por Dona Sirley são reflexos da maneira como os movimentos coletivos e saberes populares constituem-se enquanto importantes ferramentas pedagógicas e desenvolvem a mudança da realidade, em direção à emancipação, autonomia,

reconhecimento, identificação e bem-viver da comunidade negro-africana. Torna-se importante a disponibilidade em acolher estes conhecimentos que são produzidos em meio aos cotidianos, para que os muros das instituições sejam quebrados enquanto novas possibilidades são construídas para e por todos.

Em memória e afeto, agradecemos à Mestra Griô Sirley Amaro, por tantos ensinamentos através dos conhecimentos tradicionais. Reafirmamos que sentiremos a sua ausência, e continuaremos na luta pelo reconhecimento cultural, da memória do povo preto, da oralidade e das histórias enquanto principais matrizes de conhecimentos negro-africanas, pois desempenham papéis formativos, informativos e conscientizadores ao passo que promovem o desenvolvimento humano, intelectual, individual e comunitário, em toda e qualquer parte, em toda e qualquer instituição que esteja disposta a ouvir o conhecimento ancestral.

Por fim, Dona Sirley Amaro evidencia a potência que o conhecimento tradicional africano contemporâneo produz em espaços educacionais formais e informais, pois estes ambientes de produção de educação e conhecimento constroem-se no encontro, na disponibilidade, na abertura à escuta e experiência. Podemos pensar que as suas propostas de rodas de conversa e debates, inseriram no cotidiano uma nova maneira de entender a história de Pelotas e do Rio Grande do Sul, através da narrativa de uma mulher negra.

Cabe a nós, continuar com o seu legado, e tendo como objetivo diminuir qualquer distância ainda existente entre o conhecimento proposto por instituições de ensino e o conhecimento proposto pelas experiências da vida cotidiana. Podemos pensar, por exemplo, junto à Lei 10.639/03 - que propõe a difusão da história e cultura africana, alternativas de inserção de tantas outras importantes intelectualidades negras ao cotidiano de uma escola, assim como a inserção das escolas em atividades destes intelectuais, e assim, alcançarmos este objetivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C.; JESUS, J. P. de; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 869-880, 2015.

AMARO, T. V. **Trajetórias e (re) existências de mulheres pretas psicólogas no sul do Brasil**. 2018. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) –Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

ASANTE, M. K. **Afrocentricity, the theory of social change**. Chicago, IL: African American Images, 2003.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, [1980].

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

LENIRA, R. Sopapo Poético homenageia Sirley Amaro. **Matinal Jornalismo**. Porto Alegre, p. 1. 20 set. 2019.

O adeus à Mestre Griô Sirley Amaro. **Diário da Manhã Pelotas**, Pelotas, 29 out. 2020.

OURIQUE, J. ; DA SILVA, U. C. A opressão conservada no sal da história. **Litterata: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões**, v. 9, n. 1, p. 10-24, 2019.

PESSANHA, E. **Necropolítica & Epistemicídio: As faces ontológicas da morte no contexto do racismo**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Metafísica) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2018.

PETIT, S. H.; VENTURA, W. M. Parangadinkra: potencialidades pretagógicas, ensinamentos e filosofias de três Adinkras do povo Akan em gana. **Revista da ABPN**, v. 12, n.31, p. 189-217, 2020.

PINHEIRO, C. G. **Narrativas de educação e resistência: a prática popular griô de Dona Sirley**. 2013, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Pelotas, 2013.

VARGAS, J. M. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 5º edição, Porto Alegre, **Anais eletrônicos de evento**. UFRGS: 2011.

CAROLINA MARIA DE JESUS

E Quarto de despejo: diário de uma favelada na construção da pretagogia no espaço escolar

CAROLINA MARIA DE JESUS

E Child of the dark: the diary in the construction of pretagogia in school

María Emilia Landaeta Silva²⁹

Resumo: Carolina Maria de Jesus foi uma mulher negra brasileira nascida em 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais, e falecida em 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo. O seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960 é, de fato, o diário que a autora escreveu durante sua moradia na favela do Canindé, em São Paulo. A narração da Carolina conduz o leitor pela realidade vivenciada diariamente pelos favelados e as vicissitudes que estes experienciam enquanto habitam esse espaço. Em diálogo com a experiência evidenciada por Carolina no livro, *Quarto de Despejo*, a proposta deste texto é trazer a reflexão sobre a Pretagogia, termo que resume o uso de ferramentas de ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, respaldado pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08. Trata-se de uma estratégia para informar as crianças sobre esta realidade e sobre como é possível superá-la.

Palavras-chave: Quarto de Despejo. Realidade Social Brasileira. Pretagogia.

Abstract: Carolina Maria de Jesus was a Brazilian black woman, born on March 14, 1914, in Sacramento, Minas Gerais, and died on February 13, 1977, in São Paulo. Her book, *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus*, published in 1960, is, in fact, the diary written by the author during her stay in the favela of Canindé, in São Paulo. Carolina's narrative leads the reader through the daily reality of those who lived in the favela and the vicissitudes they experienced while inhabiting this space. In dialogue with the experience highlighted by Carolina in her book, *Child of the Dark*, the purpose of this text is to reflection Pretagogia, a term that summarizes the use of teaching tools for African, Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture, supported by Laws 10.639/03 and 11.645/08. It is a good strategy to inform children about this reality and how it is possible to overcome it.

Keywords: Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus. Brazilian Social Reality. Pretagogia.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p67-74

²⁹ María Emilia Landaeta Silva é mestra em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal de Mato Grosso, e Doutoranda em Educação, na Universidade Federal de Uberlândia. Email: mariaemilialandaeta@gmail.com



Carolina Maria de Jesus³⁰

Era 14 de março de 1914 quando Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento, Minas Gerais. Em 1937, após a morte da sua mãe, Carolina viu-se forçada a deixar sua cidade natal e deslocar-se até São Paulo para a favela do Canindé onde, com o intuito de expressar seus sentimentos sobre a sua situação de vida, a autora começa a escrever sobre seu cotidiano.

Na década de 1950 os dias passavam monotonamente na favela. Carolina desejava adquirir uma máquina de moer carne e uma de costura, assim como desejava sair da favela. Os dias passavam. Nem máquina de moer carne, nem de costura, nem comida, nem felicidade, tudo parecia fugir da Carolina e de seus filhos, exceto a miséria.

No seu livro, *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960 com a ajuda do jornalista Audálio Dantas, Carolina Maria de Jesus, negra, pobre e moradora da favela, narra as vicissitudes vividas por ela e seus filhos: Vera Eunice,

³⁰ Carolina Maria de Jesus. Fonte: UOL: Brasil Escola.

João José e José Carlos, mostrando também o deplorável cotidiano dos seus vizinhos da favela.

O diário de Carolina, longe de ser ficcional, exemplifica a dolorosa realidade dos habitantes da favela do Canindé, expondo como sua situação de vida a obrigava a dividir seu dia entre cuidar dos filhos sozinha e catar papel, atividade que se tornou sua ocupação e seu “ganha pão” como indicado pela autora no texto, mesmo se essa ocupação não era garantia de sustento diário, uma vez que, tanto ela quanto seus filhos, às vezes passavam todo o dia sem comer.

A fome é um tema recorrente na obra. Esta ultrapassa a desconfortável sensação de vazio no estômago, passando a ser apresentada na obra como uma cor, a amarela. No livro, ela descreve um dia em que tinha saído para trabalhar sem comer e que, após comer alguma coisa, ela viu como tudo ao seu redor voltava ao normal, pois antes, todas as coisas que ela enxergava possuíam uma tonalidade amarela.

Cabe ressaltar que, sendo uma mulher negra, Carolina vivencia experiências racistas através de comentários discriminatórios proferidos pelos habitantes da cidade e da favela, sendo chamada em diversas oportunidades de “negra fedida”. Logo, *Quarto de Despejo* não é apenas a história da autora nos anos em que viveu na favela, mas também é a narrativa da experiência comum de vida dos favelados de São Paulo e do Brasil como um todo. Enquanto eles lutam dia após dia para ganhar algum dinheiro e alimentar seus filhos, os vizinhos de casas de alvenaria, como é relatado no livro, sentem desconforto ao se depararem ou lembrarem da existência da favela e dos favelados e sentem nojo deles, se entristecendo pela existência da favela perto dos seus lares, rejeitando-os e marginalizando-os.

Ninguém sente pena dos favelados. As inúmeras brigas que acontecem na favela diariamente indicam que é um espaço hostil para todos, especialmente para as crianças, pelas quais Carolina sente muita empatia. A escritora mostra muito interesse pelas crianças da favela, rejeitando com veemência o jeito como estas são tratadas pelos favelados e, infelizmente, pelos seus próprios familiares e, de igual

forma, rejeitando os acontecimentos desafortunados que estes vivenciam cotidianamente.

Carolina Maria de Jesus não era uma intelectual acadêmica, não era ativista pelos direitos da população negra, não buscava denunciar politicamente os entraves dos moradores da favela do Canindé, pelo menos não de forma intencional e organizada. Todavia, os seus dias eram tão amargos que ela utilizou a escrita como desabafo, como uma forma de colocar seus sentimentos e opiniões sobre a vida na favela para fora do seu ser, como se não aguentasse permanecer poluída pela toxicidade do seu redor, pelo abjeto, e precisasse livrar-se um pouco, encontrando no papel um meio para expelir e aliviar suas tristezas.

É interessante como a autora não tinha pretensões de popularizar e iniciar conversas sobre a extrema pobreza, as relações étnico-raciais, as relações de poder, o mito da democracia racial, assim como discussões sobre branquitude e negritude e sobre os direitos dos afro-brasileiros, no entanto, suas obras são de uma importância inegável quando se trata de observar e analisar a realidade de vida de uma grande parte da população brasileira. O cotidiano mostrado em *Quarto de Despejo* abre uma janela aos diversos problemas políticos e sociais experimentados pelos favelados do país, evidenciando a desídia com que os políticos tratam as dificuldades dos moradores da favela.

Carolina apresenta no texto como os políticos ou os aspirantes a políticos só apareciam na favela antes das eleições para logo desaparecer, esquecendo, novamente, dos favelados. A autora, seguramente, não tinha plena consciência da importância da sua denúncia e não sabia a relevância da crítica social narrada por ela, pois não sabia que chegaria o dia de publicar seu diário e que todo o país seria atingido por suas inexoráveis palavras, as quais evidenciam o sofrimento da população mais pobre do Brasil e o posicionamento e desídia dos políticos perante essa realidade que gostam de ignorar, mas que não por isso deixa de existir.

A autora, com sua obra, somou esforços na transformação da forma como as pessoas de todas as classes sociais viam o seu próprio país, a realidade bateu na porta das elites e da classe média, pois mesmo se já sabiam que a pobreza existia, não foi mais possível negar que enquanto ainda exista uma grande quantidade de cidadãos vivendo na extrema pobreza, o Brasil não poderia ser visto como um bom país para viver, mas sim seria julgado pela evidente desumanização causada a uma grande parte da sua população.

Dessa forma, a relevância social, política e econômica que Carolina Maria de Jesus e sua obra têm para as discussões da desigualdade social e racial no Brasil é imensurável, já que seu texto não é uma descrição impessoal e objetiva dos brasileiros em relação às favelas, mas é a experiência vivida na pele de uma mulher negra que lutou dia após dia para sobreviver a esse mundo que ela chamava de inferno.

Tendo consciência dessa realidade, é necessário encontrar ferramentas para intervir positivamente na sociedade com o intuito de extinguir, aos poucos, a vida desumana atrelada aos favelados do Brasil. A manutenção das desigualdades sociais é o primeiro impedimento para a democratização de uma boa qualidade de vida para toda a população brasileira. A educação cumpre um papel fundamental na implementação destas ferramentas, pois é nos anos iniciais que os indivíduos desenvolvem consciência para compreender as falhas da sociedade e na escola já é possível começar a buscar formas de revertê-las. Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Autonomia* (1997), faz o seguinte questionamento:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de

um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? (FREIRE, 1996, p. 17).

O Estatuto da Desigualdade Racial³¹ determina que o “desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade” (BRASIL, 2010, p. 16). É uma providência obrigatória a ser adotada no âmbito escolar, portanto, o uso de ferramentas que permitam a implementação assertiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08 é fundamental para o cumprimento do pautado no Estatuto da Desigualdade Racial.

Uma ferramenta formidável que tem sido alvo de diversas pesquisas acadêmicas em várias áreas de estudo, sobretudo nas pós-graduações em Educação nas Universidades brasileiras, é a Pretagogia³². A doutora Geranilde Costa e Silva na sua tese “Pretagogia: construindo um referencial teórico-metodológico, de base africana, para a formação de professores/as” (2013) se refere à Pretagogia como “pedagogia de preto para preto e branco” (SILVA, 2013, p. 62).

As denúncias que a Carolina faz no seu texto servem de base para a construção desse tipo especial de pedagogia, a pretagogia, sendo que, através das suas reflexões, é possível pensar em atividades para serem realizadas em sala de aula. Um exemplo seria a criação de pôsteres onde constem as dificuldades vivenciadas pela Carolina na favela, dando oportunidade às crianças para refletir e escrever as possíveis soluções.

Esse tipo de trabalho escolar, inspirado na necessidade do ensino de história e cultura afro-brasileira e que faz uso das africanidades para educar as crianças em idade escolar sobre a África, sua história e como se relacionam com o Brasil, inicia uma prática libertadora e descolonizadora. Essa que, voltada para a emancipação

³¹ No Capítulo II do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, na Seção I das Disposições Gerais, no Art. 10, Item III.

³² Corpus conceitual de ensino e de pesquisa criado pelo Núcleo das Africanidades Cearenses (NACE), em função do I curso de Especialização Pós-graduação Lato Sensu em História e Cultura Africana e dos Afrodescendentes voltado à formação de Professores/as de Quilombos no Ceará, entidade ligada à Faculdade de Educação da UFC (SILVA, p.62, 2013).

epistemológica, permitirá alterar o modo como é ensinada a história para os brasileiros, mudando o ponto de vista eurocêntrico, com o qual é planejada a educação inicial, para uma perspectiva preocupada com o bem-estar e com o tratamento justo de toda a população brasileira sem distinção de cor.

O uso da Pretagogia como ferramenta de ensino afro-centrada é um belo exemplo da busca constante de um país melhor, naquilo que respeita à busca de soluções para uma sociedade que ainda não compreendeu e aceitou as suas próprias raízes. Ademais, a pretagogia, que ressoa a expressão política e artística de Carolina, confronta políticas públicas racistas que reproduzem o racismo estrutural, ambiental e todas as outras formas de racismo evidenciadas diariamente no país, questionando um movimento que apenas oculta seu próprio passado, tentando disfarçá-lo de uma falsa realidade histórica e social.

A importância do livro *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus para a educação, e para diversos aspectos da sociedade brasileira, se dá pela representatividade e força reflexiva da obra ao denunciar a realidade social/racial do país. É nesse sentido que a obra de Carolina influencia a Pretagogia como ferramenta de ensino para cumprir as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre o ensino de História e Cultura Africana, afro-brasileira e indígena, visando conscientizar a nação sobre sua realidade que, sendo sua, só é possível ser mudada por seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara dos Deputados, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

SILVA, G. C. **Pretagogia: construindo um referencial teórico-metodológico de matriz africana para a formação de professores/as**. 2013. 243f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.

**BÁRBARA CARINE SOARES PINHEIRO:
uma intelectual diferente**

**BÁRBARA CARINE SOARES PINHEIRO:
a different intellectual**

Stella Almeida³³

Brenda Iolanda Silva do Nascimento³⁴

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar a professora Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro como uma intelectual negra fundamental para a descolonização dos saberes no Ensino de Ciências. Por meio de sua história de vida e de seus familiares, a professora Bárbara vem construindo um legado que questiona os padrões brancocêntricos e eurocentrados na produção do conhecimento científico. Suas reflexões acerca das relações étnico-raciais nas Ciências, bem como a idealização da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa e sua atuação nas mídias sociais, vem nos convidando a romper com o ideal de intelectual corporificado no sujeito branco e universal. Enquanto uma mulher negra, mãe, professora, pesquisadora, escritora, pagodeira, dentre outras qualidades, sua trajetória nos revela que sua construção intelectual tem sido referência e inspiração para a comunidade negra, em especial, para meninas e mulheres negras que almejam um mundo mais justo.

Palavras-chave: Intelectuais Negras. Bárbara Carine. Ensino de Ciências.

Abstract: The present work aims to present the teacher PhD Bárbara Carine Soares Pinheiro as a black intellectual of great importance for the decolonization of knowledge in Science Teaching. Through her life story and that of her family members, teacher Bárbara has been building a legacy in which she questions the white-centric and Euro-centered standards in force in the production of scientific knowledge. Her works and reflections on ethnic-racial relations in Science, as well as the idealization of the Afro-Brazilian Maria Felipa School and its performance in social media, has been inviting us to break with the ideal of intellectual embodied in the white and universal subject. As a black woman, mother, teacher, researcher, writer, pagodeira, among other qualities, her trajectory motivates us to think that her intellectual construction has been a reference and inspiration for the black community, especially for black girls and black women who want a fairer world.

Keywords: Black Intellectuals. Bárbara Carine. Science Teaching.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p75-81

³³ Graduada em Bacharelado em Ciências Biológicas (UFRJ). Contato: stella.swc@hotmail.com

³⁴ Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas (UFRJ). Contato: brendaiolanda@ufrj.br



Bárbara Carine Soares Pinheiro³⁵

Ao estudar sobre a sociedade em que vivemos, tanto nas palavras escritas quanto na vida sentida, temos noção do quão desigual um sistema pode ser. Infelizmente, os reflexos de todas essas desigualdades sobre nós não são poucas. E diante deste fato, é importante que se pense e lute por uma sociedade mais justa e igualitária e que não seja, em seu fundamento, anti-intelectual e de difícil caminho para intelectuais que são engajados com mudanças sociais (hooks, 1995). Dessa maneira, a trajetória de vida da professora, militante, mulher cis negra, bissexual, pesquisadora, mãe, dentre outras qualidades, da pessoa de Bárbara Carine Soares Pinheiro, nos convida a esta reflexão e outras mais, fruto de seu percurso intelectual.

Oriunda da Fazenda Grande do Retiro, periferia de Salvador, na Bahia, a filha de Teresinha Soares de Jesus, nasceu em 15 de julho de 1987. Cresceu livre pelas ruas de seu bairro, imitando seus irmãos mais velhos e rodeada de amigos e amigas. Diante de uma infância marcada pelas memórias, alegrias e dores de habitar a favela e ser habitada por ela, a autora, em muitos momentos, traz à tona em seu discurso e sua produção intelectual, as suas vivências na Fazenda Grande do Retiro (FAUSTINO, 2020). Ao narrar suas lembranças, seus conflitos, medos e sonhos, a

³⁵ Imagem de Bárbara Carine Soares Pinheiro retirada de seu perfil do Instagram @uma_intelectual_diferentona

autora rompe com regimes de silenciamento, de modo a denunciar os impactos das opressões estruturais que atravessam as experiências negras.

Durante a adolescência e sua passagem no ensino médio, a professora Bárbara passa a empoderar-se de sua negritude, após ser convidada por um colega a integrar um coletivo negro estudantil. Por meio de suas experiências compartilhadas e das histórias de vidas cruzadas naquele espaço, esse coletivo de pessoas acaba por se tornar um lugar de auto-reconhecimento e de conforto no mundo (PINHEIRO, 2020). Com o sonho de ser doutora - mesmo que não soubesse na época o que uma doutora fazia exatamente - tentou ingressar no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), sendo aprovada na segunda tentativa contrariando os desacreditados que a desencorajaram na primeira.

Ela foi aprovada em muitos outros territórios como o vestibular para o curso de Química da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em terceiro lugar, e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em oitavo lugar, a qual escolheu ingressar no início de 2007; o terceiro lugar no concurso público de professores do Estado da Bahia em 2011; a seleção de professores substitutos do CEFET e da UFBA em 2011; o mestrado no Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências - UFBA/UEFS, iniciado em 2011.1; o doutorado no mesmo programa, iniciado em 2012.2 (e concluído em 2014.2!!!); o segundo lugar do concurso para professor efetivo da Universidade Estadual da Feira de Santana (UEFS) em 2012; o primeiro lugar do concurso para professor efetivo da UFBA - Instituto de Química - IQUFBA, em 2013 e, em 2016, retorna à UFBA novamente como estudante de graduação em Filosofia onde permanece até o presente momento - como professora efetiva do IQUFBA e também aluna (PINHEIRO, 2020).

Mesmo com aprovações e caminhos importantes traçados na sua carreira e vivência acadêmica, nada foi como o dia de sua primeira aprovação no CEFET. Aquele foi o dia que Bárbara contrariou tudo o que ela acreditava e que disseram sobre o que ela era ou poderia ser. Foi o dia em que, naquela lista de aprovados, leu

Bárbara, mas também leu Teresinha, Djanira, Vicença, todas elas. Todas nós. Pois a história de Bárbara Carine não começa agora, se constrói há muitos passos anteriores aos dela, caminhos andados por sua bisavó Vicença, sua avó Djanira Soares, sua mãe Teresinha Soares de Jesus, do movimento de continuidade através da própria Bárbara Carine e, também, de sua filha Iana Pinheiro Andrade. Esse resgate à sua ancestralidade enquanto compromisso ético e político de seu fazer científico e educacional, são materializados, dentre outras coisas, em suas obras como *Descolonizando Saberes: a lei 10.639/2003* (2018), @Descolonizando_Saberes. *Mulheres Negras na Ciência* (2020) e *História Preta das Coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras* (2021).

Por meio dessas contribuições e de seus artigos publicados, é possível perceber o engajamento da professora Bárbara em pensar a Ciência, a Educação e o Ensino de Ciências a partir de referenciais contra-hegemônicos e, sobretudo, afrocentradas. Nesse sentido, através de uma escrita *escreviente*, a autora a partir de suas publicações, atividades de divulgação científica e de reflexões partilhadas nas mídias sociais - @Descolonizando_Saberes e @uma_intelectual_diferentona no Instagram e o canal Uma Intelectual Diferentona, no YouTube - desmistifica o mito da neutralidade e objetividade na produção do conhecimento. A partir do seu lugar social, a autora toma a palavra enquanto movimento de escrita de si, ao passo que também reafirma a importância do legado histórico e cultural de sua ancestralidade. Dessa maneira, apontando para nós caminhos de (re)existência e produção de conhecimento a qual possamos ser porta-vozes de nossas próprias histórias de vida.

Outro marco importante da vida da nossa intelectual Bárbara, sem dúvidas, é a idealização da Escolinha Afro-brasileira Maria Felipa, que nasce atrelada ao seu desejo de proporcionar à sua filha e outras crianças negras, a possibilidade de experienciar o contexto educacional a partir da valorização das experiências negras. Em matéria do portal Alma Preta - Jornalismo Preto e Livre (2020) a autora relata como foi esse processo de construção de uma escola enquanto projeto crítico,

reflexivo e decolonial para as crianças de Salvador. Sobre a Escolinha Maria Felipa, a professora nos diz na matéria que:

A minha maior luta é essa: a ressignificação e construção de uma nova subjetividade para as crianças negras. Tudo que faltou para mim, eu quero oferecer para essas crianças. Esse é meu propósito de vida (PINHEIRO, 2020).

Nesse sentido, refletindo sobre os impactos do colonialismo, da escravização, da pilhagem e hierarquização dos conhecimentos de povos negros e indígenas, mesmo que nos encontremos no século 21, a intelectualidade negra ainda sofre com a invisibilização e apagamento histórico advindo do projeto violento de embranquecimento da população brasileira, que posiciona o racismo como pilar e estrutura social e a ciência eurocêntrica como universal. Os impactos desses processos na Educação, no Ensino e no desenvolvimento da Ciência, acabam por afetar diretamente a qualidade de vida das pessoas negras. Diante disso, as contribuições de Bárbara Carine nos direcionam para horizontes, nos quais possamos problematizar tais atravessamentos históricos e culturais dominantes, em especial na história e filosofia das Ciências.

Para tal, propomos que a biografia e as obras da professora Bárbara possam ser levadas em consideração na educação científica e tecnológica. Principalmente, quando pensamos no ensino e aprendizagem em Ciências que parta da Educação das Relações Étnico-Raciais. Sabemos que ao longo da história e filosofia das Ciências, as biografias privilegiadas para narrar a construção do conhecimento, na maioria das vezes, são de homens brancos e do norte global. Contudo, em um país onde a maioria de sua população é negra, torna-se imperativo que as contribuições científicas dos povos africanos e da diáspora possam estar presentes nas aulas de Ciências.

Como exemplo de aplicação, podemos citar o livro *@Descolonizando_Saberes. Mulheres Negras na Ciência* (2020), onde temos a oportunidade de acessar informações

sobre a vida e as contribuições científicas de mulheres negras. No livro, podemos conhecer mais sobre a trajetória da primeira mulher cientista que se tem notícia no mundo, seu nome é Merit Ptah, uma médica que também chefiava uma equipe de profissionais da área. Ela viveu há cerca de 4700 anos no Egito Antigo (2700 a. C.) e, mesmo sendo a primeira pessoa da área da medicina, o mundo grego tem como “pai da medicina” o médico Hipócrates, que viveu milênios depois de Ptah (463 a. C.). Também conhecemos mais sobre a trajetória da brasileira Taynara Alves, de 31 anos, cientista, empreendedora e nascida em São Paulo. Ela, formada em Química pela Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC) e em Gestão de Negócios e Inovação da Faculdade de Tecnologia do Estado (Fatec) - Sebrae, criou, em 2019, um produto chamado ‘Puro e Bom’ capaz de remover até 85% dos metais pesados e substâncias químicas de agrotóxicos em frutas e vegetais.

Historicamente, mulheres negras vêm ocupando um lugar de destaque na construção de nossa sociedade. Os conhecimentos, os valores e as estratégias de pessoas como Bárbara Carine, nos diz muito sobre a transformação da condição de subalternidade em potência de vida e de enunciação de futuros possíveis não só para si, mas também para as suas comunidades. Se a partir de nossos corpos, somos atravessadas pelas dores e violência do racismo, do sexismo e das demais opressões estruturais, sabemos que a partir da resignificação desses lugares, somos capazes de matrigestar sonhos, projetos de liberdade, e, portanto, de uma vida digna para todes.

A intelectual que apresentamos neste texto nos mostrou muitos caminhos e possibilidades de mudança e transformação do meio em que vivemos e na academia em que adentramos. O trabalho-vida de Bárbara Carine Soares Pinheiro é extremamente importante para que se pense e, principalmente, para que se movimente a sociedade no sentido da descolonização dos saberes no Ensino de Ciências. Ela é, além de uma inspiração para nós todes, uma intelectual diferente!

REFERÊNCIAS

FAUSTINO, G. BÁRBARA CARINE SOARES PINHEIRO: QUÍMICA, MÃE, NORDESTINA E MILITANTE NEGRA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 674-678, ago. 2020.

hooks, B. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas - UFSC**. 2º Semestre, Ano 3, Pg. 464 - 477, 1995.

MAZZEI, B. **Bárbara Carine: a professora que descoloniza a história afro-brasileira**. Alma Preta Jornalismo Preto e Livre. 16 jul. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/barbara-carine-a-professora-que-descolonializa-a-historia-afro-brasileira>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PINHEIRO, B. ROSA, K. (Orgs.). **Descolonizando saberes: a Lei 10.639/03 no ensino de ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

PINHEIRO, B.. **@Descolonizando_Saberes: Mulheres Negras na Ciência**. São Paulo. Coleção Culturas, Direitos Humanos e Diversidades na Educação em Ciências. Editora Livraria da Física, 2020.

PINHEIRO, B. **História Preta das Coisas**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

**A PRÁTICA POR MATILDE RIBEIRO:
Do projeto político à gestão de políticas públicas, em gênero e raça**

**THE PRACTICE BY MATILDE RIBEIRO:
from project policy to the management of public policy, for gender and race**

Thânisia Marcella Alves Cruz³⁶

Renísia C. Garcia Filice³⁷

Resumo: Este artigo, resultado da pesquisa realizada no PPGE-MP/UnB, demonstra, com base na perspectiva decolonial aplicada à interseccionalidade de raça e gênero, as conexões entre ação política e gestão de políticas públicas em gênero e raça, na gestão da ex-Ministra Matilde Ribeiro, na SEPP/PR. Verificou-se a adequação do referencial teórico, que revelou as singularidades de Matilde enquanto colaboradora na institucionalização de 32 grandes produções/ações relevantes a promoção da igualdade racial no Brasil. A partir de metodologia com proposta qualitativa, técnicas de pesquisas interativas, com as contribuições do marxismo agregado à ideia de conhecimento situado, compreende-se que a gestora mergulhou nas demandas próprias do jogo político na formatação da ação pública, enfrentou os desafios do racismo institucional e do sexismo.

Palavras-chaves: Interseccionalidade. Ação Pública. Políticas Públicas.

Abstract: This article highlights the result of the research carried out at PPGE-MP/UnB, which demonstrates, based on the decolonial perspective applied to the intersectionality of race and gender, the connections between political action and public policy about gender and race, in the action of former Minister Matilde Ribeiro, at SEPP/PR. The adequacy of the theoretical framework was verified, which revealed Matilde's singularities as a collaborator in the institutionalization of 32 major productions/actions relevant to the promotion of racial equality in Brazil. Based on a methodology with a qualitative proposal, interactive research techniques, with the contributions of Marxism added to the idea of knowledge situated, it is understood that the manager plunged into the demands of the political game structured in the formatting of public action, faced the challenges of institutional racism and sexism, both in their personal context and in the public aspect.

Keywords: Intersectionality. Public action. Public policy.

10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p82-91

³⁶ Membro da Associação dos Professores de Francês do Distrito Federal (APDF) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Políticas, História, Educação e Relações Raciais e Gênero - GEPPHERG. Mestre em Educação - UnB. Bacharel e Licenciada em Letras-Francês - UnB. Email: thanisiacruz@gmail.com

³⁷ Prof^a Associada da Faculdade de Educação/Universidade de Brasília-UnB. Pós-doutora em Sociologia pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) Universidade do Minho (UMinho) (Braga/Portugal, 2016/2017). Doutora em Educação (UnB-2010), Historiadora (UFU-2002).



Matilde Ribeiro³⁸

A trajetória da Dra. Matilde Ribeiro se assemelha à de outras mulheres negras brasileiras que remontam suas jornadas rumo às perspectivas de emancipação pessoal e de suas comunidades. Jovem, ela apostou na educação como via, iniciou seu contato com os movimentos sociais e a educação popular, chegando a atuar como professora. Em suas funções, colabora com Ações Públicas e elaborou trabalhos científicos que impulsionam estratégias educacionais e de Políticas Públicas que são comentadas ao longo desse artigo e na dissertação de mestrado “Sankofa, políticas públicas e interseccionalidade: um estudo sobre Matilde Ribeiro, uma mulher negra na gestão da SEPPIR (2003 A 2008)” projetada pelas autoras deste texto.

Por entender que essa publicação possa vir a ser uma porta de entrada aos estudos sobre políticas públicas para alguns leitores e algumas leitoras, salientamos que o que diremos aqui faz parte de uma possibilidade dentre tantas compreensões possíveis sobre o que vem sendo interpretado como Ação Pública e Políticas Públicas tendo como ponto de partida a atuação dessa atriz. Nesta pesquisa, por um lado, nos alinhamos à Silva (2014), que busca demonstrar a contribuição política de mulheres negras para o Estado Brasileiro na consolidação da democracia; por outro, sem

³⁸ Imagem pública disponível em: <https://www.geledes.org.br/politicas-de-promocao-da-igualdade-racial-1986-2010-de-autoria-de-matilde-ribeiro/>

pretensão de delongas, acabamos por também dialogar com a proposta de Abers e Von Bülow (2011), ao proporem que um estudo

(...) com o reconhecimento de que redes de movimento social podem, teoricamente, ultrapassar as fronteiras entre sociedade e Estado. Essa hipótese poderá ser confirmada a partir da coleta de dados sobre diferentes tipos de vínculos entre movimentos sociais e Estado, do estudo de trajetórias de indivíduos que cruzam as fronteiras entre o ativismo fora e dentro do Estado e da análise sobre como esses cruzamentos impactam tanto os movimentos sociais como o Estado (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 79).

As três autoras estão falando da mesma intenção e possuem objetivos comuns. Porém, salientamos o quanto Silva (2014) é enfática em ter interesse e em justificar os motivos de trazer, à memória histórica, a atuação de mulheres negras ativistas, militantes, empregadas domésticas, professoras, gestoras públicas, dentre outras frentes de atuação, a partir da difusão de um modelo de redes de movimento social que foram além nas divisas entre sociedade e Estado. Assim, o Movimento Negro (MN) e o Movimento de Mulheres Negras (MMN) são revisitados em suas complexas ações políticas.

Primeiramente, o MN e o MMN podem ser considerados redes de movimento social pelo que Lélia Gonzalez qualifica como “multiplicidade” inerente ao MN e MMN (1982, p. 18). Abers e Von Bülow (2011) contribuem com esta visão ao afirmarem que essas redes têm o papel de influência. O MN e o MMN possuem essa influência, ainda que a pauta racial seja descreditada e negada nas relações sociais e no estudo das políticas públicas, vide importantes documentos, a exemplo do Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, de 4 de novembro de 1978, citado por Lélia Gonzalez (1982) em “O Movimento Negro na Última Década”, na obra “Lugar de Negro”, desconsiderado no debate sobre democracia e políticas públicas no Brasil.

Esse manifesto é uma demonstração essencial para afirmar que, ancoradas no tema “interseccionalidade de raça e gênero em políticas públicas e gestão: mulheres

negras protagonistas” foi possível, justamente, conhecer a trajetória e as práticas de uma gestora que possui ligação com movimentos sociais, e que atuou junto ao Estado, ao reafirmar sua trajetória singular. A contribuição do MN e MMN na figura de Matilde Ribeiro, na elaboração de políticas públicas e na forma que a presença de mulheres negras foi singular para o cumprimento dessa contribuição para algumas das políticas afirmativas fundamentais hoje (2021), como as leis 12.711/2012 (Lei de Cotas) e o art. n. 26-A da LDB 9394/96 (obriga o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira na educação básica brasileira), para citar alguns instrumentos de políticas públicas.

Continuamos com os subsídios de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2012), Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo e Andreia Barreto (2010), Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011) e Monika Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque (2018), Renísia C. G. Filice (2011), para compreender a Ação Pública e as Políticas Públicas como compostas pela atuação de grupos de interesse frente ao Estado. Tais grupos podem ser os Movimentos Sociais, como MN e MMN, mas também atores e atrizes com poder representativo e de articulação frente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, como a gestora que apresentaremos aqui.

Para Lascoumes e Le Galès essas relações entre poderes “são centrais para caracterizar estilos de ação pública” (2012, p. 188). Nessa relação, “em um regime presidencial em que o Poder Executivo é separado do Poder Legislativo, o presidente deve convencer os deputados a adotar uma política pública: argumentos, arranjos e procedimentos são essenciais nesse processo” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 188). Isso é feito a partir do que se ouve e mobiliza-se fora do Estado e dentro dele, até chegar ao (à) principal Chefe do Executivo. Assim, além do conjunto de pessoas que sejam articuladoras via movimentos sociais, cabe também estabelecer redes com articuladores (as) internos (as) aos poderes que compõem o Estado.

Para Monika Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque,

Os movimentos sociais não são apenas desafiadores do *status quo*, mas também podem apresentar propostas concretas para as políticas públicas. Em geral a elaboração dessas propostas é invisibilizada porque realizada em períodos de latência, isto é, fora dos picos de mobilização. Trata-se de experiências-piloto, aqui entendidas por meio do conceito de inovação social, através das quais as organizações de movimentos geram soluções para os problemas identificados e para os quais não existem ainda respostas do poder público (DOWBOR; CARLOS; ALBUQUERQUE, 2018, p. 47-48).

Reforçado por Abers e Von Bülow, “Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas” (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 65). A atuação dos grupos surge a partir de demandas deles mesmos, suas ações políticas, por exemplo, como o combate contra o racismo ou o sexismo.

Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 65).

“A ação pública é um espaço sociopolítico construído tanto para técnicas e instrumentos como para finalidades e conteúdo” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 199) e, como forma de entender e responder a demanda para o coletivo, discute-se a proposta que é costurada em um espaço público e esse se torna o regramento para o que deve ser feito. Após e em meio a várias mobilizações e disputas, temos, então, um decreto, uma portaria ou uma lei sancionada dentro do poder do Estado, que se materializam em instrumentos de políticas públicas, alguns muito potentes, outros nem tanto. Ainda na fusão, tendo acolhimento da proposta, à frente, temos um programa de ação e/ou um projeto e/ou uma atividade que demandam orçamento e mais disputas. Delineia-se, desse modo, uma política pública desencadeada através de ações coletivas que pode ter sido impulsionada por um movimento social

enquanto um dos grupos de interesse³⁹. Este foi o caminho percorrido pelo MN e MMN, na figura da gestora Matilde Ribeiro.

Assim, em suma, tem-se o entendimento de que

As políticas públicas são uma forma particular de ação coletiva. Para desembocar em transformações, a ação pública tem necessidade de regras do jogo e de representações de um desafio que vão permitir aos atores posicionar-se, coordenar-se, e agir de forma previsível. As formas que tornam possível a ação pública, que estabilizam o modo de cooperação entre os atores, são denominadas instituições (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 182).

Grande parte desse trajeto de disputas pela agenda, ideação e elaboração de medidas que respondam às demandas por meio de ações públicas é observado, como exemplo, na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPIR/PR), como resposta do Governo Lula à pressão dos Movimentos e dos acordos da Conferência de Durban (2001) (FILICE, 2019). Na pesquisa de mestrado buscou-se entender o que levou pessoas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras a ocuparem esse espaço estatal.

Por essa visão, este trabalho apostou na interseccionalidade como ferramenta apropriada com vistas a se alinhar ao conceito de ação pública concernente à atuação de uma das gestoras na SEPPIR/PR (2003 e 2008), levando-a em consideração como ferramenta teórica e, agora, política. O princípio da interseccionalidade de raça, gênero e classe, e a ideia de conhecimento situado de Patrícia Hill Collins (2018) foram mobilizados. Dessa forma, cabe apresentar Matilde Ribeiro para demonstrar como a trajetória da mulher negra, professora, ativista, gestora impactou o pensar ações públicas e o campo das políticas públicas educacionais e além.

Matilde Ribeiro nasceu em Flórida Paulista, São Paulo, e realizou sua graduação (1980-1983) em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São

³⁹ Estudos como o de Filice (2011) mostram como esse processo se dá. A pesquisa realizada no campo das políticas educacionais, tendo como foco a relação entre o Núcleo de Estudos Negros – NEN, no e fora do Estado, mas em diálogo com diferentes setores deste, mostra a complexidade que nos referimos.

Paulo, PUC/SP, Brasil, finalizando esse período com o trabalho de título “O homem, seu trabalho, sua vida. Em que medida a cultura é determinada e ou altera as relações no cotidiano do trabalhador?”. Posteriormente, especializou-se em Técnica Aplicada ao Psicodrama Pedagógico, pelo Grupo de Estudos de Técnicas Psicodramáticas, GETEP, Brasil, adquirindo o título de Psicodramista (1985-1987). Também se especializou em Gestão Ambiental, na Universidade de São Paulo, USP, Brasil, com foco em Gestão ambiental, participação popular e relações de gênero no campo da Saúde e dos Serviços Sociais (2000-2000). Seu Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) (1996-1999), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, teve como título “Gênero e raça no orçamento participativo”. E seu Doutorado (2008-2013), no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, analisou “A institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil no período de 1986-2010”.

A formação de Matilde Ribeiro denota os seus centros de interesse em Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social, Ciências Humanas, Psicologia, Psicologia Social e Ciências Ambientais que se refletiu em sua extensa atuação profissional. Ela é Professora (2014/2021) na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Bahia/Ceará, Brasil. Atuou como Assistente Social, na Prefeitura Municipal de Osasco (1984-1986), Diretora de Creche, na Prefeitura Municipal de São Paulo (1986-1987), Diretora, na instituição Sempreviva Organização Feminista (1987-1995), Coordenadora, no Instituto Cajamar - Formação Política para Trabalhadores (1995-1996), Coordenadora na Assessoria de Direitos da Mulher, na Prefeitura Municipal de Santo André (1997-2001), Professora, no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2002-2002), Assessora no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (2009-2013), Professora na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano (2010-2013) e Secretária Adjunta, na Secretaria Municipal de

Promoção da Igualdade Racial (2013-2014). Ademais, Matilde Ribeiro foi Ministra de Estado na SEPPIR/PR (2003-2008).

Com esse histórico, Ribeiro também possui ligação com grupo de pesquisa, com o campo editorial, possui dois títulos/prêmios e participou de setenta e três eventos acadêmicos e de gestão, tendo organizado onze deles. Outrossim, orientou trabalhos acadêmicos e participou de bancas de concursos públicos e trabalhos acadêmicos, tendo artigos, livros e publicações articuladas à sua produção e vivência negra. Para o registro das contribuições de acadêmicas negras para a ciência, os trabalhos de Ribeiro apresentam relevância, alicerçando o pensamento interseccional em raça e gênero. Além disso, ela tem um marco histórico em escritos/memórias ímpares sobre práticas do Movimento de Mulheres Negras: “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing (1995)”.

Enquanto fato marcante, Ribeiro esteve presente, fazendo comentários registrados, em uma das explanações de Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade, ato registrado na publicação Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairros, da Universidade Católica de Salvador. Para além do percurso acadêmico, revela-se a afirmação de que Matilde Ribeiro esteve presente no processo de fundamentação teórica de Políticas Públicas Educacionais para a Igualdade Racial no Brasil e que houve coerência em sua intensa e qualificada participação em cargos públicos, especialmente, na SEPPIR. Revelar como esse processo se deu, as atividades realizadas e suas conexões com a luta antirracista e a democracia no Brasil, é um dos objetivos da nossa pesquisa de mestrado para que as memórias das mulheres negras estejam em salvaguarda na produção de conhecimento científico. De modo a promover a manutenção das políticas públicas produzidas a partir do esforço político, decolonial, interseccional e comunitário do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras.

Importa reconhecer que a trajetória dessa ativista ainda há páginas a serem adicionadas. Sendo o seu envolvimento com o MN e MMN uma das mais legítimas

expressões da educação popular e a sua atividade docente na UNILAB é extremamente relevante para consolidar a Cooperação Sul-Sul. Espaço fortalecido por suas escritas e pelos esforços políticos de implementação do Programa de Bolsas do Instituto Rio Branco, o Programa de Ações Afirmativas para o Ensino Superior e o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que concede benefícios em instituições privadas para estudantes que possuem direito à bolsa estudantil. As ações dessa mulher negra, ativista, intelectual, gestora ajuda(ra)m a materializar leis citadas aqui. Sua vida é parte da história do Brasil, da cultura afro-brasileira e da diáspora. Com isto, o estudo de sua trajetória conecta, sem sombra de dúvidas, passado-presente-futuro. Importante faceta da nossa História.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª Edição. Porto Alegre, Artmed, 2007.
- COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afro-Diaspórico**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2018, p. 139-170.
- DOWBOR, M. CARLOS, E. ALBUQUERQUE, M. C. **As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde**. Lua Nova [online]. 2018, n.105, pp. 47-80. ISSN 0102-6445.
- FILICE, R. CARNAÚBA, R.. Metodologia interativa na gestão de políticas públicas: métodos combinados numa abordagem antissexista e antirracista, p. 109-132. In: OLIVA, Anderson Ribeiro (org.) [et al.]. **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- FILICE, R.; CARNAÚBA, R. **Raça e Classe na gestão da Educação Básica. A cultura na implementação e políticas públicas**. BH: Autêntica, 2011.

GONZALEZ, L. O Movimento Negro na Última Década, p. 9-66. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HEILBORN, M.; ARAÚJO, L. BARRETO, A. (org.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR: módulo I**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. *Sociologia da Ação Pública*. EDUFAL, Maceió, 2012.

SILVA, J. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. 2014, p. 13-39. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (orgs.). **O Movimento de Mulheres Negras: escritos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

CÂNDIDA SOARES DA COSTA:

Superação, ativismo e contribuições para a educação escolar em comunidades remanescentes de quilombo

CÂNDIDA SOARES DA COSTA:

Overcoming, activism and contributions to the quilombola school education

Silvana Alves dos Santos⁴⁰

Jozanes Assunção Nunes⁴¹

Resumo: Este artigo apresenta parte da trajetória e produção da professora e intelectual Cândida Soares da Costa, docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), focalizando a sua atuação em prol dos grupos sociais afrodescendentes. Além de dar relevo ao seu empenho pelo acesso ao conhecimento e atuação como docente no ensino superior, trará a lume suas contribuições para a educação escolar quilombola, por meio da realização de um projeto pioneiro de formação continuada de docentes no Estado de Mato Grosso. Neste texto, não se pretende dar conta de todos os notáveis feitos da intelectual negra, mas, no que diz respeito ao campo educacional, será evidenciado seu protagonismo, especialmente, frente a esse projeto de formação docente. Para tanto, recorreu-se a uma entrevista informal concedida pela professora, às suas produções acadêmicas, assim como, ao seu Currículo Lattes.

Palavras-chave: Intelectual negra. Ativismo. Resistência. Formação de professores.

Abstract: This article presents just a part of the trajectory and production of the professor intellectual Cândida Soares da Costa, who is a professor at Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), with main performance in favor of the social and Afro-descendants' social groups. Beyond giving relief to her persistence for the knowledge access and her role as a professor in the university area, it will bring to light her contributions for the quilombola school education, through the execution of a pioneering project for the professors continuing training of Mato Grosso State. It is not possible to mention here all of the notable facts of this intellectual black woman in relation to the educational field. It will show her protagonism with the professor's training project. Therefore, it is used an informal interview given by the professor, her academic productions, as well as her Lattes curriculum.

Keywords: Intellectual black woman. Activism. Resistance. Professors Training.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p92-99

⁴⁰ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem (PPGEL), na Universidade Federal de Mato Grosso, (UFMT), Professora de Língua Portuguesa na rede pública estadual de Mato Grosso.

E-mail: silvanaalvessantos@hotmail.com

⁴¹ Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP, docente permanente do PPG em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Coordenadora de Desenvolvimento Humano da UFMT. E-mail: jozanesnunes@ufmt.br



Cândida Soares da Costa⁴²

A sociedade machista, classista e racista em que vivemos tem arbitrado às mulheres negras a imposição de forças sobre-humanas para que acessem melhores condições de vida (GONÇALVES, 2018). Não obstante, nesse cenário, sobressai a trajetória da professora e intelectual Cândida Soares da Costa, residente na capital do Estado de Mato Grosso, evidenciando uma história de vida, que se mistura com a história da luta antirracista, que ela, desde a tenra idade, vem edificando diariamente no Estado para inserir-se socialmente.

Ao contrário de outras mulheres negras que não tiveram acesso à escolarização e à consciência de suas negritudes para se assumir e se impor veementemente contra as violências estruturais, Cândida Soares da Costa conseguiu romper com o lugar costumeiramente destinado à mulher negra na sociedade. De origem humilde, nasceu em 1959, em uma família numerosa, na cidade de Santo Antônio de Leverger, no Estado de Mato Grosso. Filha de trabalhadores negros rurais, foi empregada doméstica e babá.

Na trajetória que percorreu, desde o ingresso na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, em 1980, inicialmente como agente Administrativa e,

⁴² Foto tirada durante ANPEd Centro-Oeste, em outubro de 2018, em Cáceres/MT, na UNEMAT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LZJDPX_hz2Y>. Acesso em 30 maio 2021.

posteriormente, como professora efetiva e coordenadora pedagógica na mesma instituição (1980 a 2008), até o estabelecimento de um trabalho sólido como professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), vivenciou inúmeras realidades que foram significativas para a produção de ciência, palestras, conferências, além de desenvolver inúmeros projetos de pesquisas e de extensão voltados para a questão do negro, como se observa em seu Currículo Lattes.

Com vasta participação no campo acadêmico e social, o que pode ser observado nos inúmeros eventos científicos e culturais que participou, a nossa intelectual graduou-se em Letras em 1987, tornou-se mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso no ano de 2004 e doutora em Educação, em 2011, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2020, fez pós-doutorado na Universidade de Brasília (UNB), cujos estudos muito alargaram suas fronteiras de produção intelectual. O seu currículo registra uma vasta produção bibliográfica, constituída de artigos diversos, livros, capítulos de livros e organização de coletâneas variadas, dentre outras, além de um expressivo número de orientações e participações em bancas de mestrado e doutorado.

Ingressou como docente na Universidade Federal de Mato Grosso em 2008 e, atualmente, é Professora Associada na instituição, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, além de coordenar o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE). Na condição de professora da UFMT e coordenadora do NEPRE, tem se valido desses espaços de prestígio social para fortalecer a luta contra as desigualdades raciais, petrificadas no tecido social, e pelo reconhecimento da importância de povos africanos e de seus descendentes negros e negras no contexto histórico e cultural brasileiro.

Sob essa ótica, mobilizou e liderou um movimento que deu origem ao Coletivo Negro Universitário da UFMT (CNU), instituído em junho de 2013 por um grupo de estudantes negros, participantes de um projeto de extensão intitulado “Promoção da igualdade racial: crianças negras nas salas de superação de

dificuldades de aprendizagem”, de sua autoria. Esse projeto, naquele momento, despertou nos estudantes negros da UFMT a criação autônoma e independente de um coletivo, congregando a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação, de professores, técnicos e do público em geral que se envolveram na realização das atividades e ações propostas sobre as questões raciais em suas diversas frentes de atuação (OLIVEIRA, 2020). Desde a sua criação, o CNU tem logrado assento permanente em espaços de decisões e viabilizações de ações afirmativas na UFMT, bem como participado junto da sociedade civil de discussões que envolvem o tema.

Vale ainda destacar que a professora Cândida, como é costumeiramente chamada, presidiu o Conselho de Políticas de Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) da UFMT, no período de 2016 a 2018, onde atuou de forma aguerrida para efetivar políticas de promoção da igualdade racial e de valorização das diferenças.

O trabalho da professora a frente do Conselho impulsionou a criação da comissão de acompanhamento e avaliação da política de ações afirmativas e a instituição da banca de heteroidentificação de estudantes ingressantes pelo processo de reservas de vagas. Ademais, atuou politicamente para que a universidade percebesse a necessidade de intervenção curricular, a fim de que se efetivasse, no âmbito da universidade, a educação das relações étnico-raciais no ensino superior.⁴³

Esses e outros trabalhos realizados pela professora teve seu reconhecimento pelo Grupo de União e Consciência Negra de Mato Grosso (GRUCON-MT), bem como pela Federação Cultural Afro-Brasileiro e Matrizes Africanas (FECABEMA), que lhe concedeu moção de aplausos em 2017. A sua incansável luta em prol do povo negro rendeu-lhe, também, em 2009, o Prêmio “Macário”, uma homenagem do

⁴³ Entrevista de Cândida Soares da Costa, concedida ao Boletim Licenciaturas e Bacharelados. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Universidade Federal de Mato Grosso. [2018]. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/17/Boletim%20das%20Licenciaturas%20e%20Bacharelados/Boletins%202018/B5-2018.pdf>. Acesso em 09 jun 2021.

Instituto Mandala às pessoas que defendem o respeito e cultivo das tradições afrodescendentes.

Como educadora, além de desenvolver diversos cursos de extensão, enfocando o racismo e suas implicações sob os mais variados aspectos, a professora Cândida também tem empreendido esforços na promoção de cursos de formação continuada para professores da educação básica, com foco nas relações étnico-raciais. É sobre essa ação que discorreremos nas próximas linhas, por se tratar de uma iniciativa inovadora, pioneira, de grande relevância e que há muito tempo vinha sendo requisitada pelas escolas quilombolas do Estado de Mato Grosso.

A ação trata-se de um curso de formação de professores de comunidades remanescentes de quilombo, idealizado pela professora e realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso, por meio do NEPRE, coordenado pela docente. Tal ação, além de ter contribuído para a melhoria da qualidade da educação escolar quilombola ofertada em solo mato-grossense, suscitou importantes reflexões sobre a necessidade de ampliar propostas formativas dessa natureza, servindo de referência a diversas iniciativas similares, hoje implantadas no Estado. Nas palavras da intelectual:

[...] apesar da timidez no que se refere aos recursos destinados à sua realização, bem como às metas relacionadas ao quantitativo de professores a ser alcançado, constituiu-se primeira iniciativa concreta de ação voltada à formação continuada de professores que atuam no âmbito da educação escolar quilombola (SOARES, 2016, p. 25 -26).

A oferta do curso contemplou duas turmas, sendo uma em 2014, com carga horária de 180 horas, e outra em 2015, tendo sido a carga horária ajustada para 200 horas. Em ambas as turmas participaram professoras e professores atuantes em escolas e comunidades de diferentes municípios do estado de Mato Grosso. O principal objetivo do projeto de formação foi “ampliar as possibilidades de melhoria da prática docente por intermédio da reflexão, aprendizagem de novos conteúdos,

exploração de diferentes recursos de novas formas de abordagem dos conteúdos” (SOARES, 2016, p. 27).

A formação foi estruturada em cinco módulos de forma presencial: 1) Didática de Elaboração de Projetos de Intervenção Pedagógica; 2) Educação Antirracista; 3) A Escravidão na História da Humanidade; 4) Educação e Relações Étnico-Raciais; e 5) Orientação de Projetos. Os conteúdos transpostos apoiaram-se em diferentes recursos metodológicos e didáticos. Além disso, as aulas transcorreram por diferentes espaços e as atividades foram diversificadas.

No entendimento de Soares (2016), dadas as especificidades requeridas pela educação escolar quilombola, não há um formato pronto, específico para se pensar a questão da formação de professores para atuar na educação quilombola, posto que não existe também um padrão único de comunidade quilombola. Entretanto, a pesquisadora assegura que essa modalidade⁴⁴ de educação requer reflexão a respeito das ações e atitudes necessárias para se construir, junto com esses grupos, um currículo que abarque as vivências históricas dessas pessoas, suas manifestações, seus saberes, seus fazeres, suas lutas, sua participação nos processos sociais (SOARES, 2016).

Nesta perspectiva, a formação de professores, com recorte para educação escolar quilombola, deve se pautar na perspectiva da diferença e da especificidade e contemplar os contrastes que constituem os modos de existência dessas comunidades que se apresentam tão diversos pelos estados brasileiros.

Considerando que a Educação Escolar Quilombola ainda é um campo em construção, acreditamos que as instituições deveriam se mobilizar no sentido de contribuir para a formação continuada de professores quilombolas, buscando articular e fortalecer parcerias, a fim de que se efetive as Diretrizes Curriculares

⁴⁴A Resolução nº 4/2010 (BRASIL, 2010) foi a primeira legislação a mencionar a Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica, foi ela quem também definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. A referência direta a modalidade educacional supracitada está em seu 41º artigo.

Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Nessa direção, e levando em conta as ideias da professora e intelectual Cândida Soares da Costa expostas nesse trabalho, seria relevante um trabalho de pesquisa que visasse analisar essa modalidade de educação, buscando verificar se as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que atuam em unidades escolares situadas em territórios quilombolas se aproximam ou não da cultura dessas comunidades, bem como se há ou não no processo ensino-aprendizagem elementos didáticos recomendados nessas Diretrizes.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. S. da. Educação escolar quilombola e formação docente. **Revista do Programa de Doutorado da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC)**.v. 01, n.05, p. 23-32, dezembro, 2016.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poiésis**, v.12, n. 22, p.350-367, Jun/Dez, 2018.

OLIVEIRA, T. de. **“Entre bolhas raciais, podas e sonhos”**: as relações entre Identidades negras e brancas em suas dimensões estéticas (cabelo e corpo afro) no contexto das ações afirmativas da UFMT.2020. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso,Cuiabá, 2020.

ANDORINHA CANTANTE CANTANDO GOLONDRINA

Helena Monteiro⁴⁵

Resumo: O voo da “ANDORINHA CANTANTE” é baseado nas vivências da Intelectual Negra Maria das Dores Timóteo (Dorinha Timóteo), contadora de histórias “humano poéticas”. Ela se acomodou na poltrona do trem deixando o vento brincar com suas reminiscências, trazendo-as aos viajantes-leitores. Voamos, em sua trajetória de vida, que através da arte de contação de histórias, tocada em sua corporeidade, presenteou, principalmente, alunos da rede pública municipal e estadual do Estado do Rio Grande do Norte. Com seu jeito performático, tornou-se exímia contadora de histórias, com seu marido Barroca. Ao fazer parte de algumas instituições literárias e artísticas de Natal/RN, divulgando nestas instituições a arte de contação de história e lendas folclóricas, Dorinha Timóteo resgata saberes apreendidos pelo pai Gonçalo Timóteo, que foi seu primeiro Mestre.

Palavras-chaves: Maria das Dores Timóteo. Contadora-de-história. Educadora. Poetisa.

Resumen: El vuelo de “ANDORINHA CANTANTE” se basa en las experiencias de la intelectual negra - Mujeres do Brasil, Maria das Dores Timóteo (Dorinha Timóteo), una narradora “humanpoyéticas”. Se acomodó en el asiento del tren, dejando que el viento jugara con sus recuerdos, llevándolos a los viajeros-lectores. Volamos, en la trayectoria de vida de éste que, a través del arte de contar historias, jugó en su corporeidad, presentado principalmente a estudiantes de la Red Pública Municipal y Estatal del Estado de Rio Grande do Norte. Con su estilo de actuación, se convirtió en una excelente narradora con su marido barroco. Al formar parte de algunas instituciones literarias y artísticas en Natal / RN, difundiendo en estas instituciones el arte de la narración y las leyendas folclóricas, DorinhaTimóteo recupera conocimientos aprendidos por su padre, Gonçalo Timóteo, quien fue su primer Maestro.

Palabras clave: Maria das Dores Timóteo. Cuentista. Educador. Poetese.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p92-99

⁴⁵ Maria Helena Silva Lima (Helena Monteiro), mulher, negra, é graduada em Letras e Bacharel em Psicologia/UFRN, especialista em Saúde Pública, aluna especial do Mestrado em Letras/UFRN, escritora, poetisa, contista e pesquisadora da cultura popular. Fundadora do Coletivo Mulheres Tecendo Artes_Escritoras Santo-antonienses, Sócia-Fundadora e Sócia Efetiva da Academia de Letras e Artes do Agreste Potiguar- ALAAP e, atualmente, Vice-Presidente. Email: hlcicero@yahoo.com.br



Dorinha Timóteo⁴⁶

Maria das Dores Timóteo (Dorinha Timóteo) nasceu em 01 de outubro de 1963, Natal-RN. Casada com João Maria Barroca da Câmara (Barroca), nascido em 14 de abril de 1961, Natal-RN, é filha de pai maquinista de trem, Gonçalo Timóteo, e da artesã de bruxinhas de pano, Zulmira Timóteo. Mãe de dois filhos: Bellkis Karinine e Diego Samuel; avó de José William e Bella Sophie, Dorinha Timóteo sempre foi uma anDorinha cantante, filha da liberdade, contadora de histórias, herança de seu pai, que em suas viagens de trem adentrando o sertão potiguar, levava água para os filhos da seca e, aproveitava para ouvir as histórias de toda essa gente, utilizando-se das práticas da oralidade em diferentes contextos do uso da língua.

Quando esse retornava de suas viagens, reunia a família para contar as histórias ouvidas. Na obra “As Tiradeiras de Benditos”, contamos com o relato do pesquisador e folclorista Cascudo (1971, p.1), que afirma: “quando o português veio para o Brasil encontrou entre os indígenas a poesia narrativa na normalidade do processo oral”. Nesse sentido, Monteiro (2012), em “As Tiradeiras de Benditos” também destaca a importância da oralidade dentro da construção poética e

⁴⁶ Arquivo pessoal da autora.

salvaguarda da memória. Os episódios antigos e contemporâneos, individuais e coletivos, relativos ao interesse heróico das tribos, eram transmitidos na possível fidelidade das velhas memórias, evocando os sucessos e os nomes ilustres dos grandes *tuixauas* valorosos. Luís da Câmara Cascudo corrobora com esta visão ao afirmar que:

Os escravos negros⁴⁷ que vieram trabalhar no Brasil deixaram na África a mesma técnica surpreendente da memorização pelo canto e pela narrativa cadenciada, divulgando os fatos históricos locais e podendo comunicar a ciência tribal⁴⁸, quando nos acampamentos ocultos no período da iniciação, circuncisão ritual (CASCUDO, 1971, p. 2).

Para a anDorinha Cantante, a arte de escutar antecedeu seu estar no mundo, coadunando com o que Conceição Evaristo diz sobre a relação entre o escutar e a elaboração de um senso de alteridade: “Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos” (EVARISTO, 2016, p. 7). Ela relata que quando o pai chegava das viagens, ele trazia muitos objetos que ganhava das pessoas que ele ajudava. Ela, pequenina, ficava ouvindo encantada o contar história de seu pai – sendo encaminhada a *póiesis* da vida. Assim, constituiu seu ser “ludopoietico”, se fez contadora de histórias, poetisa, cordelista, performática, mulher-negra. Segundo anDorinha, o pai foi seu primeiro Mestre, tendo na música e na contação de histórias, a primeira relação linguajeante com o mundo. Maturana (2004, p. 9) aponta que “Todo viver humano acontece em redes de conversação”. Essa “ANDORINHA CANTANTE” é a intelectual negra potiguar.

Atualmente, Dorinha Timóteo, além do que já foi citado acima, também é educadora. Esta diz que desde criança tinha uma veia “dodiciente”, sempre em busca de novos conhecimentos, na esperança de construir – fazer um mundo que

⁴⁷ A historiografia atual e o movimento negro têm se esforçado para que as novas produções utilizem o termo “escravizado” no lugar de “escravo”.

⁴⁸ O termo tribal, associado aos grupos negros africanos, historicamente, foi utilizado sob um viés etnocêntrico de forma a não reconhecer os saberes ou epistemologias negras.

atravessasse sua corporeidade e se manifestasse numa experiência prazerosa. Para tanto, inspirou-se na tia Geralda Miranda, ou tia Didi, que representou o farol motivacional para seguir na carreira docente. Acrescenta que na adolescência teve contato com a educadora Nair, a qual incentivava o processo de leitura entre os alunos através de rodas de leitura. Na sala de aula, ela dava preferência à leitura dos clássicos da literatura brasileira, por exemplo: José de Alencar, Machado de Assis, Vinicius de Moraes, entre outros. Também conheceu a Biblioteca Pública Municipal Câmara Cascudo - Natal-RN, tornando-se assídua frequentadora. Então, as artes que pulsavam em suas veias e se encontravam adormecidas, despertaram. Desse modo, redescobriu o artesanato, e esta descoberta cravou sua identidade, resgatando raízes e mostrando a todos que ela era filha legítima da terra Potiguar e que trazia tatuado no corpo, nas atitudes, no cantar a herança de todas as Potiguaras-Nordestinas-Brasileiras. Para Djamila Ribeiro (2020, p. 44), “Logo, definir-se é um status importante de fortalecimento e de demarcação de possibilidades de transcendência da norma colonizadora”.

No tocante à vida acadêmica de “**ANDORINHA CANTANTE**”, esta cursou o magistério, após a conclusão do antigo segundo grau, fez licenciatura em Teologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e em Letras pela Universidade Potiguar (UNP), também fez bacharelado em Turismo pela UERN e realizou especialização em Leitura e Literatura, pela UNP, cujo tema da monografia foi contação de histórias. Fez mestrado em Educação também na UFRN, sendo a contação de histórias o tema central de sua dissertação. Atualmente, está cursando o oitavo período do Bacharelado em Direito na Universidade Estácio de Sá (UNESA).

A *póiesis* da “**ANDORINHA CANTANTE**” sobrevoa vários lugares culturais e pedagógico-artísticos em terras potiguares. Essa faz parte da Comissão Norte-riograndense de Folclore, do Grupo de Contadores de Histórias Humanescas, da Sociedade de Poetas Vivos e Afins (SPVA/RN), da Associação Literária e Artística de Mulheres Potiguares (ALAMP). Tem se destacado no cenário cultural como

contadora de histórias, escritora, cordelista, poetisa, atuando como professora no Curso de Formação de Contadores de Histórias no PRONATEC/Escola de Enfermagem/UFRN e na Prefeitura Municipal de Natal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação; também é pesquisadora na área da Cultura Popular. É, ainda, docente aposentada da Secretaria do Estado, da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN).

A cordelista também possui uma vasta produção literária, desde vídeos com contação de histórias para veiculação no canal do YouTube *Contadores de Histórias Humanescientes Dorinha e Barroca*; como participação em turnê cultural no Brasil, realizando oficinas de formação de contadores de histórias através do “Projeto A arte da palavra” do SESC Nacional, no qual Dorinha Timóteo foi representando o SESC/RN, em 2019. Participou ainda de turnê cultural de contação de histórias na Europa, em 2018. Publicou dois livros de literatura infantil e encontra-se com outro no prelo: “Minha Negritude” – literatura infanto-juvenil, com contos e poesias. Participou em mais de 30 coletâneas literárias, enveredou na seara dos cordéis, no entanto, neste artigo destacaremos o foto-livro “Bonequinhas de Pano”, poesia infantil lançado em 2018 na Europa, sendo bilíngue (português e inglês).

Confecionado de forma artesanal, em homenagem a sua mãe, que fazia bonequinhas de pano, próximo a completar 90 anos, teve 300 exemplares (esgotados) de tiragem, contendo 10 poemas. Dorinha carrega no baú lúdico-poético a boneca Miroca, feita por sua mãe, chegando às bisnetas. Este contém a biografia da escritora, de Zulmira Timóteo (sua mãe – fonte inspiradora), de Jania Souza que desenhou a capa, do tradutor Jonatan Bezerra de Lima e Francisco Eduardo, ilustrador. Em 2020, esse projeto foi selecionado pela Lei Aldir Blanc-FJA/RN, para confecção de 150 exemplares com distribuição gratuita aos mediadores e incentivadores de leitura. Transcrevo abaixo os poemas: “Bruxinhas de pano” e “Minha mãe artesã da delicadeza”.

Bruxinhas de pano

Bruxinhas de pano
 Coloridas e tão belas
 São filhas dos farrapos
 São netas das mazelas
 São bisnetas dos retalhos
 Dos abraços e das ruelas
 Não conheceram castelos
 Não conheceram palácios
 Mas tem almas de donzelas
 Bruxinhas de pano
 São bonecas tão singelas!!!

Minha mãe artesã da delicadeza

Mamãe fazia bruxinhas de pano
 Papai conduzia o trem
 Eu cantava belas cantigas
 E vivia muito bem
 Agora que cresci
 Sou uma bela criança
 Que canta, dança sorrir
 Sou uma menina de trança
 Sou feliz vou muito além
 Danço a música da vida
 E com os anjos digo amém

É perceptível, assim, que a poesia atravessa a corporeidade da “ANDORINHA CANTANTE” ganhando vozes, enredos, personagens, vida que a conduziram à exímia estação da contação de histórias. Segundo Benjamin (1975, p. 65), “O narrador é uma espécie de Conselheiro de seu ouvinte”. Há mais de trinta anos, Dorinha Timóteo é contadora de histórias, fazendo da sala de aula o palco e dos alunos a plateia. Há treze anos montou uma banda para integrar o espetáculo, sendo assim, foram agregados ao grupo de contação de história a música e a poesia, tendo como acompanhante e integrante da concretização deste sonho o marido Barroca, que é poeta, declamador e cantor.

Ela sempre buscou, através de seus conhecimentos, fomentar a construção de uma escuta filha da poesia e da liberdade; durante a realização da Especialização em

Leitura e Literatura, conheceu a base de pesquisa da corporeidade, na qual se trabalhava as metáforas da corporeidade como teia de aranha. Enquanto educadora, em busca do encantamento da educação, tornou-se “aranha fiandeira”, passando a se dedicar a construção de uma escola cantante, humanescente, na esperança de sedução dos alunos levando-os ao êxtase do conhecimento. Assim, Cascudo (1984, p.36) diz:

Quem assistiu à audição de uma estória, entre pescadores numa praia ou sertanejos numa fazenda, poderá medir o grau de solidariedade coletiva com o desenvolvimento do assunto. O interesse se expressa pela participação crítica e apreciação espontânea da matéria moral, gratidão, ingratidão, inveja, calúnia, traição, mentira (CASCUDO, 1984, p. 36).

As vivências pedagógicas de Dorinha Timóteo, escritora reconhecida no Estado do Rio Grande do Norte, em outros estados brasileiros e no exterior, poderia ser indicada, por alguma entidade cultural, ao prêmio “RPV – Registro de Patrimônio Vivo do povo Potiguar – através da Fundação José Augusto-FJA/RN”. Acreditamos que existem diferentes possibilidades de abordagem desses dois poemas de Dorinha Timóteo entre alunos(as) do nono ano em sala de aula, podendo suscitar debates em torno da oralidade, contação de histórias, construção da identidade e questões da diferença, a fim de valorizar o patrimônio cultural do nosso Estado.

Podemos pensar em um sequenciamento didático desses quatro temas centrais: no poema “Bruxinhas de pano”, há a possibilidade de trabalhar aspectos semânticos, a partir das construções lexicais “coloridas” e “retalhos”, apontando para a construção identitária perpassada pelo agrupamento de categorias da diferença, como corpo, raça e gênero, conforme aponta Mirian Cristina dos Santos (2019, p. 159), ao se referir às políticas do corpo como ferramenta de resistência à violação. Ainda, dada a urgência do debate acerca da ideia de uma genealogia de identidade marcada pela multiplicidade, suscitada, sobretudo, pelo memoricídio das práticas culturais das populações negras, ressaltamos que os vocábulos “filhas”, “netas” e

“bisnetas” apontam para uma linhagem feminina marcada pela configuração de uma política de gênero. São temáticas transversais relevantes para a discussão em sala de aula.

Nas aulas de arte, a apresentação da biografia e produção desta intelectual poderá ser um ponto de partida para debates acerca da corporeidade das mulheres potigües. Com o intuito de refletirmos sobre a consciência política do estar no mundo, por meio da linguagem poética de Dorinha Timóteo, que se utiliza da construção “sou uma menina de trança” para possivelmente evidenciar uma erosão da identidade infantil na contemporaneidade, podemos dialogar seu texto com outros, objetivando, por exemplo, a repercussão do debate contemporâneo sobre o racismo estrutural e cotidiano⁴⁹ de nossa sociedade, que tem ganhado força nas vozes de mulheres, como Nilma Lino Gomes, através de seu texto teórico intitulado “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra” (2008) e Cristiane Sobral, com o livro literário “Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz” (2014). Com isso, encaminharemos, talvez, os (as) estudantes a uma percepção sobre os danos dos preconceitos na cultura brasileira.

É notável a riqueza pedagógica-psíquico-cultural, como também as técnicas de contação de histórias da “ANDORINHA CANTANTE”, resgatando a ancestralidade como ferramenta autoafirmativa, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade, reforçando a importância do reconhecimento da territorialidade como espaço de saber e aprendizagem através da oralidade. A prática pedagógica dessa educadora-poetisa-contadora-de-história, pode tornar-se um projeto formador de outros(as) contadores(as) de histórias podendo ser adotados nas salas de aulas, desde as séries iniciais. Esperamos que os professores e profissionais da área educacional

⁴⁹ Vale salientar que a dimensão cotidiana aqui referida não está relacionada ao comum, tampouco à questão da naturalização do (in)consciente. Utilizamos o termo na perspectiva abordada por Grada Kilomba (2019), em “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, que leva em consideração a dimensão da experiência histórica de ser negro(a), sobretudo mulher negra (vista sempre na posição de “o outro do outro”, e, nestas condições, sofre os processos de subalternização), em uma sociedade marcadamente racista, como é seu caso e de mulheres afro-alemas descritas pela autora, nos ambientes acadêmicos da Alemanha.

tenham a oportunidade de conhecer e se apropriar dessa metodologia e ferramentas inseridas na prática pedagógica da “ANDORINHA CANTANTE”, que ele seja extensivo as da rede pública municipal e estadual do Estado do Rio Grande do Norte. Expandindo-se, assim, dentro de cada ouvinte-espectador-participante. Para Zumthor (1993, p. 252) “(...) é impossível apreciar a extensão, variável, a cada performance e conforme o estilo pessoal de cada Contador ou Cantor.”

É urgente uma nova *póiesis*, onde os corpos pretos sejam vistos sem estereótipos e que sejam dadas as mesmas condições políticas, possibilidades de experiências históricas e oportunidades de igualdade que foram e são dadas aos corpos brancos. Faz-se necessário acessar “novos” e antigos saberes dos povos escravizados e originários, regulados pela colonização europeia, a fim de que ganhem reconhecimento e valor estético, pedagógico, histórico e literário.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **O Narrador**. Coleção Os Pensadores – Livro – XLVIII - Textos Escolhidos. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.

CASCUDO, L. C. **Ensaio de Etnografia Brasileira** (Pesquisas na Cultura Popular do Brasil). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, p. 1-2,1971.

CASCUDO, L. C. **Literatura Oral no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1984.

EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de Mulheres**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

MATURANA, H. **Amar e Brincar**: Fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MONTEIRO, H. **As Tiradeiras de Benditos** (Pesquisa na Cultura Popular de Santo Antônio do Salto da Onça – RN). Natal: ed. Natal/(RN): Fundação José Augusto, 2012.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

SANTOS, Mirian Cristina. **Intelectuais Negras**: prosa negro-brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

TIMÓTEO, D. **Bonequinhos de Pano**. Natal: Confecção Artesanal, 2018.

ZUMTHOR, P. **A Letra e a voz na literatura medieval**. Trad. Amálio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NÁGILA OLIVEIRA DOS SANTOS

a potente e inspiradora trajetória da criadora da Revista África e Africanidades

Edwilson da Silva Andrade⁵⁰

Gabriel Delphino⁵¹

Iago Vilaça de Carvalho⁵²

Ivan Felipe Fernandes Gomes⁵³

José Sena⁵⁴

Vânia Cristina da Silva Rodrigues⁵⁵



Nágila Oliveira dos Santos

⁵⁰ Especialista em Relações Étnico-raciais, diretor pedagógico de unidade escolar e coordenador do GT Intelectualidades Negras Brasileiras da RAA, ed2003andrade@gmail.com.

⁵¹ Gabriel Delphino. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF). Integrante do GT Intelectualidades Negras Brasileiras da RAA. E-mail: gabrieldelphino20@gmail.com

⁵² Iago Vilaça de Carvalho. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ). Integrante do GT Intelectualidades Negras Brasileiras da RAA. E-mail: iago.v.carvalho@gmail.com

⁵³ Especialista em Direitos Humanos, Saúde e Racismo e Educação das Relações Étnicos Raciais, membro do grupo de pesquisa GENTE (UERJ-FFP), coordenador do GT Intelectualidades Negras da RAA, e-mail: ivanfepesenai@gmail.com

⁵⁴ Professor/pesquisador do Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Goeldi (PPGDS/MPEG/CAPES), coordenador do GT Intelectualidades Negras Brasileiras da RAA, senagoeldi@gmail.com

⁵⁵ Vânia Cristina da Silva Rodrigues. Professora do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Integrante do GT Intelectualidades Negras Brasileiras da RAA. E-mail: vaniacs.rodrigues@gmsil.com

Para encerramos a edição *Mulheres dos Brasis*, do Caderno de Intelectualidades Negras Brasileiras, não poderíamos deixar de trazer ao debate o reconhecimento público da trajetória da intelectual Nágila Oliveira dos Santos, que tanto nos inspira com seu trabalho fundamental e grandioso na luta antirracista, agregando e potencializando o trabalho de tantos pesquisadores/as, estudantes, artistas dos diferentes Brasis.

Pesquisadora, cientista social, psicanalista clínica, mestre em Educação, professora, escritora, organizadora de livros, coletâneas e artigos, Nágila Oliveira é criadora e diretora da Revista *África e Africanidades*, periódico online que desde 2008 tem promovido e subsidiado o debate acadêmico e pedagógico sobre as temáticas africanas e afro-brasileiras. Natural da cidade do Rio de Janeiro, filha de Neli Oliveira dos Santos e Natanael Assis dos Santos, dos quais recebeu o nome de Nágila Oliveira dos Santos, é casada com André Luiz dos Santos Silva Filho e mãe do pequeno André.

Sua trajetória é tecida por caminhos próprios, que trançados com outros caminhos, nos mostram que sua história fala de coletividade, encontros, cooperação, diálogos, parcerias, tão necessárias no presente tempo. Sua história é marcada por momentos difíceis, ou mesmo impeditivos, mas que trazem à tona as resistências do dia a dia. De fato, os desafios não foram poucos, por ser ela mulher negra, no entanto, desde cedo aprendeu que estudar é um ato de resistência. Graduar-se em Ciências Sociais, em 2003, pela Universidade Federal Fluminense, configura-se então num ato de grande resistência, um marco pessoal para a intelectual, mas também, para toda população negra, já que foi a partir daquele ano que surgiram as Leis de aprovação e implantação dos primeiros sistemas de cota para negros no país, com destaque para as universidades estaduais UERJ e UENF.

Se prestarmos atenção na trajetória desta intelectual que desde a graduação participa de projetos de Ações Afirmativas, compreenderemos que a dedicação em boa parte dos seus dias, talento e energia à Revista *África e Africanidades* é resultado

de uma militância contra o racismo e toda e qualquer forma de discriminação, que têm retirado de uma boa parte da população brasileira o direito ao exercício pleno de seus direitos e liberdades essenciais. Quem a conhece sabe que leva tão a sério sua causa, que se junta a outros e constrói caminhos de solidariedade e coletividade. Foi assim, que nasceu a Revista África e Africanidades (RAA). Pois, parafraseando James Baldwin, intuitivamente Nágila ao notar que não havia um lugar ao qual ela pudesse se encaixar, não só criou esse espaço no qual a mesma pudesse se encaixar, mas também, em sua generosidade envolta de um espírito fundamentado na filosofia ubuntu⁵⁶, proporcionou um ambiente de conhecimento, reconhecimento e acolhimento a todos os integrantes que compõem a RAA e seus leitores.

Contudo, não foi do dia para a noite que RAA surgiu. Tudo começou após dois anos de formada, quando Nágila se viu inserida no cotidiano da Educação Básica, assumindo suas primeiras turmas de Ensino Médio do Curso Normal e de Formação Geral. Nesse espaço, vivenciou as angústias, os erros, os silenciamentos, as relações entre currículo, ensino e as relações étnico-raciais, verificou, também, práticas exitosas no que se refere à realização de uma educação para as relações étnico-raciais. Foi nesse cenário de intensa relação e troca de experiências que ela analisou o presente e sonhou com o futuro, o que resultou em 2006 na criação do blog africaeafricanidades.wordpress.com, junto com seu esposo, cujo objetivo era inicialmente compartilhar suas reflexões sobre o tema.

Com o passar do tempo, Nágila foi recebendo “(...) uma grande quantidade de solicitações, por parte de docentes e de estudantes de licenciaturas de diversos estados brasileiros, de subsídios para aplicação da Lei 10.639/03 (...)” (OLIVEIRA, 2017, p. 8) que a fez repensar a missão do blog. Em pouco tempo, o blog se tornou

⁵⁶ Ubuntu é uma filosofia africana, presente na cultura de alguns grupos que habitam a África Subssariana, cujo significado se refere à humanidade com os outros. Trata-se de um conceito amplo sobre a essência do ser humano e a forma como se comporta em sociedade. Para os africanos, ubuntu é a capacidade humana de compreender, aceitar e tratar bem o outro, uma ideia semelhante à do “amor ao próximo”. Ubuntu significa generosidade, solidariedade, compaixão com os necessitados, e o desejo sincero de felicidade e harmonia entre os seres humanos. (DICIONÁRIO DE SIGNIFICADOS, 2020) Disponível: <https://www.significados.com.br/ubuntu/> acessado em 23/07/2021.

um espaço de resistência necessária e provisória. Necessária, porque se tornou uma ferramenta de produção e disseminação de conhecimento, na qual estudantes de graduação e pós-graduação pontuavam suas pesquisas, angústias e descobertas. Provisória, porque após a conclusão da Especialização em África/Brasil: laços e diferenças, pela Universidade Castelo Branco, Nágila percebeu que deveria ampliar este território negro a partir da criação da Revista África e Africanidades, que desde 2008 apresenta-se como um dos poucos periódicos online de acesso aberto e gratuito, inteiramente dedicado a estas temáticas.

Após todas essas considerações, vale lembrar que o seu blog foi atualizado e seu conteúdo disponibilizado entre os anos 2006 a 2008. Conforme relembra Nágila, em sua dissertação de mestrado:

Neste período, como blogueira também percebi que boa parte dos blogs específicos era de iniciativas particulares e ou ligados aos movimentos sociais; e que nos meios acadêmicos poucos tinham se apropriado deste território enquanto ferramenta de produção e disseminação de conhecimento na área (OLIVEIRA, 2017, p. 9).

Essa percepção, com certeza, deve ter contribuído de alguma forma na construção da RAA, uma importante fonte de informação, fomento e divulgação de pesquisas e práticas pedagógicas, girando em torno de ações e políticas de combate ao racismo e a promoção de equidade para a população negra e seus reflexos no sistema de ensino brasileiro. Acreditamos que um dos diferenciais da RAA e que está diretamente relacionada à trajetória desta intelectual, se evidencia na possibilidade de os autores da revista serem docentes da Educação Básica, inseridos em territórios e múltiplos contextos políticos, sociais, culturais, pedagógicos e geográficos, trazendo para o centro dos acontecimentos as vozes que os saberes hegemônicos têm tentado silenciar.

Ao fazermos esse caminho na trajetória da criadora da Revista África e Africanidades, estamos lutando permanentemente contra o esquecimento e o silenciamento, especialmente, porque é nesse movimento, percebendo a sua

trajetória, empenho e uma insubmissão aos moldes que a sociedade tenta enquadrar corpos, mentes e desejos que percebemos as pegadas deixadas neste chão epistêmico o qual Nágila transborda em afluente seu tecer a vida e trabalho. Nesse sentido, o pensamento de Nágila está muito próximo da noção de escrevivência proposta por Conceição Evaristo:

Minha Escre-vivência vem do cotidiano dessa cidade que me acolhe há mais de vinte anos e das lembranças que ainda guardo de Minas vem dessa pele-memória-História passada presente e futura que existe em mim. Vem de uma teimosia, quase insana, de uma insistência que nos marca e que não nos deixa perecer, apesar de. Pois entre a dor, a dor e a dor, é ali que reside a esperança (EVARISTO, S/D, online)⁵⁷.

E nessa esperança, tecida a cada dia na potencialidade presente de Nágila que outros caminhos se cruzam, nas encruzilhadas de possibilidades proporcionados na perseverança dessa pele-memória-História, que para além RAA como veículo de comunicação lança também com seu marido André Luiz o canal do Youtube África e Africanidades⁵⁸ que tem como objetivo expandir o trabalho já efetuado pela RAA em uma proposta audiovisual, fazendo assim a ampla divulgação de pesquisas, trabalhos, livros literários e acadêmicos, simpósios e seminários nacionais e internacionais, entre outras propostas e projetos que visem a ampliação do conhecimento acerca da cultura africana, afro-brasileira e indígena pautadas nas leis 10.639/2003⁵⁹ e 11.645/2008⁶⁰.

⁵⁷ Trecho que se encontra em uma foto de um pedaço de papel o qual Conceição Evaristo escreveu a base epistemológica do conceito de Escre-vivência, que se encontra disponível na Ocupação Conceição Evaristo localizado no site Itá Cultural. Disponível: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/escrevivencia/> acessado em 23/07/2021.

⁵⁸ Disponível: <https://www.youtube.com/channel/UCuczToFsDBL5q444zd3QFOAhttps://www.youtube.com/channel/UCuczToFsDBL5q444zd3QFOA> acessado em 23/07/2021.

⁵⁹ Lei Nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003 que institui a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, alterando assim a lei nº 9.394 de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm acessado em 23/07/2021.

⁶⁰ Lei Nº 11.645, de 10 de Março de 2008 que institui a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, alterando assim a lei nº 9.394 de diretrizes e bases da educação nacional.

O que nos chama atenção nesse caminhar, é que Nágila foi/vai seguindo as pistas, adentrando a escola, passando pelas salas de aula, pelos blogs (com intuito de compartilhar experiências e materiais sobre a temática), pela universidade (a fim de adquirir mais conhecimento), chegando à criação da Revista África e Africanidades, que acaba atingindo não apenas a Educação Básica como também o Ensino Superior. Ledo engano, se você pensa que acabou. Ela continua sua busca, sua luta, sua resistência, aquilombando aqueles que tenham o mesmo ideal que ela, o de repensar a escola, a sociedade, sobretudo, por meio da visibilidade às mulheres negras e à literatura africana, assumindo uma postura solidária, respeitando a diversidade de saberes e as produções, contribuindo para a popularização do conhecimento.

Então, falta-nos fazer o convite aos possíveis leitores para conhecerem essa intelectual a partir das mediações realizadas por ela no canal da revista no Youtube, bem como a conhecerem um pouco mais do projeto da Revista através da sua dissertação de mestrado em Educação, cujo estudo teve por objetivo analisar a produção dos docentes da Educação Básica, publicada na Revista África e Africanidades, no período de 2008 e 2016, e que dentro das perspectivas trazidas pelos pesquisadores/ docentes, evidencia-se que a escola é o espaço de luta política por uma educação que reconhece, valorize e respeite a diversidade, mas que não deve ser um caminhar solitário.

Encerramos esta edição *Mulheres dos Brasis*, com homenageando e agradecendo o trabalho que Nágila Oliveira dos Santos vem realizando em prol da luta antirracista e da educação neste país sagrado de ancestralidades africanas e indígenas.

REFERÊNCIAS

EVARISTO, C. **Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. Releitura.** Belo Horizonte, nº 23, 2008.

SANTANA, B. **Escrevivência.** Ocupação Conceição Evaristo: ItaúCultural, 2021.
Disponível:<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicaovaristo/escrevivencia/> acessado em 29/07/2021.

SANTOS, N. O. dos. **Revista África e Africanidades: educação antirracista na perspectiva de docente da educação básica.** Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2017.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.cadernointelectualidades2.p100-116

Ano XIV Ed. 40 Nov/21-Jan/22

www.africaeafrikanidades.online



Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras

ISSN 1983-2354